

# **ALTERAÇÃO DE REGIMENTOS DE UNIDADES**

**1. PROCESSO 72.1.17597.1.7 – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Of. ATAC nº **000279**

São Paulo, 1º de abril de 2011

Magnífico Reitor

Serve o presente para encaminhar a Vossa Magnificência, devidamente aprovada pela Congregação em sessão de 23 de março de 2011 e para apreciação dos órgãos competentes, as alterações no Regimento Interno deste Instituto, baixado pela Res. nº 4086, de 21.06.1994, conforme segue:

**"CAPÍTULO IV**  
**Do Conselho Técnico Administrativo**

Art. 10 - .....

Art. 11 - Além do disposto no Art. 41 do Regimento Geral, compete ao CTA opinar sobre as propostas de realização de convênios com outras instituições para fins culturais, científicos ou didáticos.

**CAPÍTULO V**  
**Do Diretor**

Art. 12 - SUPRIMIR

**CAPÍTULO VII**  
**Da Comissão de Pós-Graduação**

Art. 16 – A Comissão de Pós-Graduação será composta de:

I. cinco membros docentes em efetivo exercício, dentre eles os Coordenadores dos Programas e para completar o quadro de docentes, a eleição deverá ser entre os docentes credenciados nos três Programas, sendo que cada Programa não poderá ter mais do que dois docentes como membro da Comissão de Pós-Graduação;

II. um representante discente, aluno regularmente matriculado em Programa de Pós-Graduação do IGc, não vinculado ao corpo docente da USP, assegurado o direito de voto, mas não de ser votado, aos alunos que sejam também membros do corpo docente.

§ 1º - O Suplente do Coordenador substituirá o Coordenador do Programa em suas faltas e impedimentos.

§ 2º - Juntamente com os membros titulares docentes serão eleitos suplentes.

§ 3º - O mandato dos membros do quadro docente será de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º - Juntamente com o membro titular discente será eleito suplente.

§ 5º - O mandato do representante discente será de um ano, permitida uma recondução.

§ 6º - A Comissão de Pós-Graduação elegerá seu Presidente e respectivo Suplente, respeitando-se o disposto no art. 34 do Regimento de Pós-Graduação da USP.

Art. 17 - Além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho de Pós-Graduação e do estabelecido no Regimento de Pós-Graduação da USP, são responsabilidades da Comissão de Pós-Graduação:

- I. traçar as diretrizes e zelar pela execução dos Programas de Pós-Graduação;
- II. coordenar as atividades didático-científicas pertinentes aos seus Programas;
- III. propor ao CoPGr a estrutura dos Programas de Pós-Graduação novos ou reformulados, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e, no caso de CPGs vinculadas a Programas Interunidades, ouvidas as Congregações, Conselhos Deliberativos ou órgãos equivalentes envolvidos;
- IV. analisar e submeter à CNR do CoPGr o regulamento e normas dos Programas, bem como de suas próprias normas, ouvida a respectiva Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente;
- V. revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica de cada um dos Programas e Cursos de Pós-Graduação;
- VI. analisar e submeter à CC do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento das disciplinas de Pós-Graduação e seus responsáveis;
- VII. analisar e submeter à CC do CoPGr o credenciamento e credenciamento de disciplinas e dos responsáveis pelas mesmas apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;
- VIII. analisar e submeter à CA do CoPGr os critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores;
- IX. deliberar sobre o número máximo de alunos por orientador e co-orientador, respeitados os limites máximos estabelecidos neste Regimento, conforme proposta da CCP;
- X. analisar e submeter à CA do CoPGr o credenciamento e credenciamento de orientadores e co-orientadores apresentados pela Comissão Coordenadora de Programa;
- XI. julgar solicitações de mudança de orientação nos casos previstos nos Art. 83 e 84 deste Regimento;
- XII. referendar as solicitações de desligamentos encaminhadas pela CCP;
- XIII. deliberar sobre a cobrança de taxas para inscrição em processo seletivo, não podendo exceder o valor máximo definido pelo CoPGr;

- XIV. deliberar e divulgar o calendário escolar e de oferecimento de disciplinas apresentados pela CCP;
- XV. homologar e divulgar a relação dos candidatos selecionados para ingresso na Pós-Graduação, apresentada pela CCP;
- XVI. designar os membros titulares e suplentes que constituirão as comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses;
- XVII. estabelecer os procedimentos das defesas de dissertações e teses;
- XVIII. homologar o relatório de comissões julgadoras das defesas de dissertações e teses, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data da defesa;
- XIX. manifestar-se sobre solicitações para obtenção do título de Doutor somente com defesa de tese;
- XX. manifestar-se sobre as solicitações de equivalência e de reconhecimento de títulos;
- XXI. homologar a escolha dos Coordenadores e seus Suplentes dos Programas de Pós-Graduação, comunicando a Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação;
- XXII. propor ao CoPGr convênios interinstitucionais e outros relacionados aos Programas de Pós-Graduação sob sua responsabilidade;
- XXIII. estabelecer os critérios para a transferência de cursos da mesma área de concentração, de área de concentração diferente do mesmo Programa e de diferentes Programas de Pós-Graduação da CPG;
- XXIV. analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de alunos para transferência de Programa e/ou área de concentração;
- XXV. analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de trancamento de matrícula e prorrogação de prazo, propostos pela Comissão Coordenadora de Programa;
- XXVI. analisar e submeter à CNR do CoPGr as solicitações de alterações de frequência e conceitos conforme o disposto no § 2º do Art. 75 deste Regimento.

## CAPÍTULO X

### Dos Departamentos

Art. 22 - .....

Art. 23 - Além do disposto no art. 45 do Regimento Geral ao Conselho de Departamento compete:

- I. indicar à Congregação as listas para a composição da Comissão de Graduação, Comissão de Pesquisa e Comissão de Cultura e Extensão Universitária;
- II. indicar os responsáveis pelos laboratórios subordinados ao Departamento

CAPÍTULO X  
Dos Departamentos

Art. 40 – SUPRIMIR.

CAPÍTULO XV  
Disposições Transitórias

Art. 1º – As comissões referidas no art. 4º deste Regimento, o CPGeo, bem como o CEPAS deverão, no prazo de sessenta dias, a partir da data da vigência deste Regimento, submeter à aprovação da Congregação o anteprojeto de seus respectivos regimentos.”

Os artigos, incisos e parágrafos serão renumerados de acordo com as alterações aprovadas.

As alterações no Capítulo VII, da Comissão de Pós-Graduação, visam a adaptação do Regimento Interno ao novo Regimento da Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução nº 5473/2008.

As demais alterações referem-se às Comissões Assessoras do IGc, que tiveram seus regimentos alterados. Para evitar que o Regimento Interno seja alterado, a cada mudança nessas comissões, deliberou-se pela retirada dos artigos e itens referentes à Comissões Assessoras.

Reitero nesta oportunidade protestos de estima e consideração.

  
Celso Gaeta Tassinari  
Diretor

Exmo. Sr.

Prof. Dr. João Grandino Rodas

Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

3

PG. P. 963/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº: 72.1.17597.1.7**

**INTERESSADO:** Instituto de Geociências

**ASSUNTO:** Proposta de alteração do Regimento Interno: inciso II do art. 11, arts. 16, 17, inciso II do art. 23 e art. 40. Análise jurídico-formal.

**P A R E C E R**

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Geociências, aprovada pela Congregação da Unidade em sessão realizada em 23 de março de 2011 (fls. 291/294).

O Instituto propõe a seguinte reforma: supressão do inciso II do art. 11, art. 12, inciso II do art. 23 e art. 40, bem como a alteração dos artigos 16 e 17.

A proposta pretende, em síntese, extinguir as Comissões Assessoras e os órgãos técnicos do IGc, bem como adequar o Regimento Interno ao novo Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473, de 16 de setembro de 2008 – especificamente no tocante à composição e competência da Comissão de Pós-Graduação.

Vêm os autos a esta Procuradoria para análise jurídico formal da proposta.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

298

Entendemos que a supressão dos dispositivos acima mencionados não encontra óbice sob o aspecto formal.

Do mesmo modo, observamos que as alterações do artigos 16 e 17 estão de acordo com o atual Regimento da Pós-Graduação.

Ressaltamos, todavia, que renumeração de artigos e incisos do Regimento atual não é permitida, conforme dispõem a alíneas "b" do inciso III combinada com o parágrafo único do art. 9º da Lei 863/99, *in verbis*:

"Artigo 9º (...)

"III - (...)

"b) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão 'revogado', 'vetado', ou "declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal;

(...)

"Parágrafo único - O termo "dispositivo" mencionado nesta lei complementar refere -se a artigos, parágrafos, incisos, itens e alíneas. (NR)"

Os quadros-sinóticos abaixo apresentam, quando pertinente, sugestões de redação a alguns dispositivos da proposta.

**Quadro-sinótico em relação ao Regimento atual**

Regimento atual	Sugestão
Artigo 12 - Além do disposto no art. 42 do Regimento Geral compete ao Diretor indicar os membros das Comissões Assessoras ou Coordenadores dos órgãos Técnicos do IG, ouvidos os Departamentos.	Artigo 12 - <b>revogado</b> (indicar a resolução)
Artigo 23 - Além do disposto no art 45 do Regimento Geral ao Conselho do Departamento compete:	Artigo 23 - (...)





<p>I - indicar à Congregação as listas para a composição da Comissão de Graduação, Comissão de Pesquisa e Comissão de Cultura e Extensão Universitária;</p> <p>II - sugerir ao Diretor nomes para composição de comissões assessoras dos órgãos de Apoio ao Ensino e Pesquisa;</p> <p>III - indicar os responsáveis pelos laboratórios subordinados ao Departamento.</p>	<p>I - (...)</p> <p>II - <b>revogado</b> (indicar a resolução)</p> <p>III - (...)</p>
<p>Artigo 40 - Os órgãos técnicos do IG consistem em:</p> <p>I - Biblioteca;</p> <p>II - Seção de Publicações e Eventos;</p> <p>III - Museu;</p> <p>IV - Seção de Informática.</p> <p>§ 1º - Estes órgãos estão diretamente subordinados à Diretoria.</p> <p>§ 2º - Estes órgãos deverão ter regimento próprio aprovado pela Congregação.</p>	<p>Artigo 40 - <b>revogado</b> (indicar a resolução)</p>

Quadro-sinótico em relação à proposta

Proposta	Sugestão
<p>Art. 16 - A Comissão de Pós-Graduação será composta de:</p> <p>I. cinco membros docentes em efetivo exercício, dentre eles os Coordenadores dos Programas e para completar ao quadro de docentes, a eleição deverá ser entre os docentes credenciados nos três programas, sendo que cada programa não poderá ter mais de do que dois docentes</p>	<p><b>Artigo 16 - (...)</b></p> <p>I - cinco membros docentes em efetivo exercício, dentre <b>os quais</b> os Coordenadores dos Programas, <b>como membros natos, e os demais eleitos dentre os orientadores</b><sup>1</sup> credenciados nos três programas, <b>pelos seus pares, observado</b> que cada programa não poderá ter mais</p>

<sup>1</sup> Cf. §6º do art. 33 do Regimento da Pós-Graduação, por interpretação extensiva.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

300

como membro da Comissão de Pós-Graduação;	<del>do</del> do que dois docentes como membro da Comissão de Pós-Graduação;
II. um representante discente, aluno regularmente matriculado em Programa de Pós-Graduação do IGc, não vinculado ao corpo docente da USP, assegurado o direito de voto, mas não de ser votado, aos alunos que sejam também membros do corpo docente.	II - um representante discente, aluno regularmente matriculado em Programa de Pós-Graduação do IGc, não vinculado ao corpo docente da USP, assegurado <b>aos alunos que sejam também membros do corpo docente o direito de voto, mas não de ser votado.</b>
(...)	(...)
Art. 17 - Além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho de Pós-Graduação e do estabelecido no Regimento de Pós-Graduação da USP, são responsabilidade da Comissão de Pós-Graduação:	<b>Artigo 17 - Compete à Comissão de Pós-Graduação, além do previsto no art. 35 do Regimento da Pós-Graduação, outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho da Pós-Graduação.</b>
(...) <sup>2</sup>	

Com as considerações acima, recomendamos a reapreciação da proposta pelo IGc.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao GR.

Procuradoria Geral, 12 de abril 2011.

**RÉGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*De acordo.*  
*PG, 13/04/11.*  
  
Jocélia de Almeida Castilho  
Procuradora Chefe

*Acordo o parecer.*  
*Go IGc para nova análise.*  
*PG, 13. abr. 2011*

<sup>2</sup> Não há necessidade de se reproduzir no Regimento Interno da Unidade os incisos do art. 35 do Regimento da Pós-Graduação.

Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Geral

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

FLS.

**5**

PROC. n.º .....

RUB. ....

Processo nº 72.1.17597.1.7

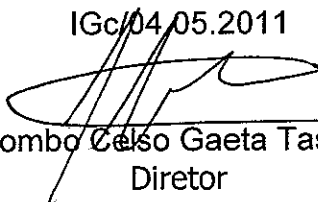
Assunto: proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Geociências

Tendo em vista as sugestões de redação da Procuradoria Geral, reexaminamos a proposta de alteração de nosso Regimento e entendemos que o artigo 12, o inciso II do artigo 23 e o artigo 40 devem permanecer no Regimento, constando "revogado (Resolução nº \_\_\_\_)".

No tocante às alterações dos artigos 16 e 17, foi consultado o Presidente de nossa Comissão de Pós-Graduação, que se manifestou favorável à sugestão de redação para o artigo 16. Quanto ao artigo 17, manifestou-se no sentido de manter a proposta de relacionar todas as competências, desde que não haja óbice jurídico.

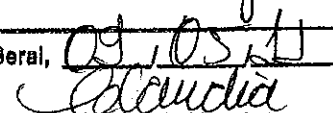
Devolva-se a Procuradoria Geral.

IGc/04.05.2011

  
Colombo Celso Gaeta Tassinari  
Diretor

Por ordem do Senhor Procurador Geral,  
retornem os autos a(o) Dr(a).

Procuradoria Geral,

  
Claudia Cristina de Lima Antunes  
Serviço de Expediente e Comunicação

EX-108 EX-EDIENTE 06/11/2011 15:04:070523-1

301  
Φ

**Manifestação sobre sugestões da Procuradoria Geral da USP referentes às alterações do Regimento Interno do IGc, item Pós-Graduação**

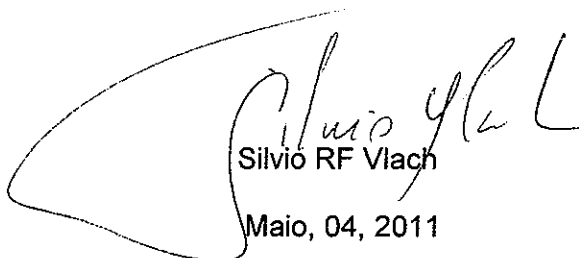
A Procuradoria Geral, através de parecer do Dr. Regis Lattouf datado de 12 de Abril de 2011, sugere três alterações em relação ao texto da proposta inicial do IGc.

As alterações enumeradas de I e II referem-se a questões de forma, são perfeitamente pertinentes e devem ser concretizadas. Entretanto, na alteração II, escreva-se " não poderá ter mais do que dois docentes" ao invés de "não poderá ter mais de do que dois docentes".

Nas alteração III, referente às atribuições da CPG, a sugestão, também pertinente, é de mencionar o art. 35 do Regimento da Pós-Graduação, que regulamenta as competências da Comissão, ao invés de enumerá-las de forma específica. Na minha opinião, não havendo óbice jurídico ou vício de forma, seria interessante que tais competências fossem realmente explicitadas de forma a facilitar consultas no âmbito do Instituto. Sugiro que escreva-se : " Artigo 17 – Compete à Comissão de Pós-Graduação, além de outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho de Pós-Graduação : " seguido da enumeração específica das referidas atribuições. Em havendo óbice ou vício, siga-se a recomendação da Procuradoria Geral.

Sendo o que se apresentava,

Atenciosamente,

  
Silvio RF Vlach  
Maio, 04, 2011



PG. P. 1262/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº:** 72.1.17597.1.7

**INTERESSADO:** Instituto de Geociências

**ASSUNTO:** Proposta de alteração do Regimento Interno. Parecer PG. P. 963/11. Manifestação da CPG. Redação do art. 17 do Regimento. Análise jurídico-formal. Continuação.

**P A R E C E R**

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Geociências, aprovada pela Congregação da Unidade em sessão realizada em 23 de março de 2011 (fls. 291/294).

A Procuradoria Geral, no Parecer PG. P. 963/11 (fls. 297/300), teceu considerações sobre a redação normativa da proposta e, em especial, sugeriu alteração da redação dos artigos 16 e 17.

A CPG da Unidade acolheu as recomendações da PG (fls. 301), mas manifestou-se favoravelmente a manutenção da redação do art. 17, que reproduz, na íntegra, os incisos do art. 35 do Regimento da Pós-Graduação (fls. 292/293).

Vêm os autos a esta Procuradoria para análise jurídica.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

304

A reprodução de norma de hierarquia superior, Regimento da Pós-Graduação, em norma de hierarquia inferior, Regimento Interno da Unidade, não é conveniente, pois a alteração substancial da norma superior implica a imediata revogação da norma de hierarquia inferior reproduzida, de modo que seria necessária nova reforma do Regimento Interno da Unidade, para se adequar à nova redação da norma de hierarquia superior.

Em outras palavras, a reprodução da norma que visava facilitar a consulta pode transmutar-se em desnecessária antinomia.

Saliente-se que, sob o prisma estritamente jurídico-formal, não há impedimento na manutenção da redação do art. 17 nos termos da proposta original. Todavia, não é recomendável a reprodução pretendida: incisos do art. 35 do Regimento da Pós-Graduação.


Do exposto, recomendamos a redação do art. 17 sugerida no Parecer PG. P. 963/11 (fls. 297/300), mas nada impede, sob o aspecto jurídico-formal, a manutenção da proposta, conforme manifestado pela CPG (fls. 301).

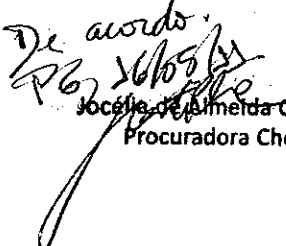
É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao IGc.

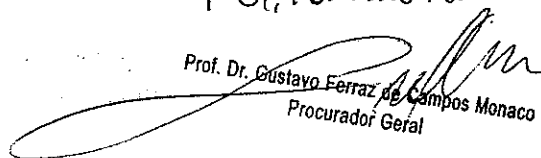
Procuradoria Geral, 10 de maio de 2011.

  
**REGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*De acordo*  
*PG 963/11*  
  
Jocélia de Almeida Castilho  
Procuradora Chefe

*Acordo o parecer.*  
*ao IGc.*

*16. maio. 2011*

  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Geral

Processo nº 72.1.17597.1.7

Interessado: Instituto de Geociências

Assunto: proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Geociências

A Congregação em sua 353ª Sessão, realizada em 31.08.2011, manifestou-se favoravelmente a proposta abaixo de alteração do Regimento Interno do IGc:

**"CAPÍTULO IV**  
**Do Conselho Técnico Administrativo**

Art. 10 - .....

Art. 11 - Além do disposto no Art. 41 do Regimento Geral compete ao CTA:

I. opinar sobre as propostas de realização de convênios com outras instituições para fins culturais, científicos ou didáticos;

II. revogado (Resolução nº \_\_\_\_).

**CAPÍTULO V**  
**Do Diretor**

Art. 12 – revogado (Resolução nº \_\_\_\_).

**CAPÍTULO VII**  
**Da Comissão de Pós-Graduação**

Art. 16 - A Comissão de Pós-Graduação será composta de:

I. cinco membros docentes em efetivo exercício, dentre os quais os Coordenadores dos Programas, como membros natos, e os demais eleitos dentre os orientadores credenciados nos três programas, pelos seus pares, observado que cada programa não poderá ter mais do que dois docentes como membro da Comissão de Pós-Graduação;

II. um representante discente, aluno regularmente matriculado em Programa de Pós-Graduação do IGc, não vinculado ao corpo docente da USP, assegurado aos alunos que sejam também membros do corpo docente o direito de voto, mas não de ser votado.

§ 1º - O Suplente do Coordenador substituirá o Coordenador do Programa em suas faltas e impedimentos.

§ 2º - Juntamente com os membros titulares docentes serão eleitos suplentes.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

FLS. Nº 311.....  
PROC. Nº .....  
RUB. ....

§ 3º - O mandato dos membros do quadro docente será de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º - Juntamente com o membro titular discente será eleito suplente.

§ 5º - O mandato do representante discente será de um ano, permitida uma recondução.

§ 6º - A Comissão de Pós-Graduação elegerá seu Presidente e respectivo Suplente, respeitando-se o disposto no art. 34 do Regimento de Pós-Graduação da USP.

Art. 17 - Compete à Comissão de Pós-Graduação, além do previsto no art. 35 do Regimento da Pós-Graduação, outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho de Pós-Graduação.

**CAPÍTULO X**  
**Dos Departamentos**

Art. 22 - .....

Art. 23 - Além do disposto no art. 45 do Regimento Geral ao Conselho de Departamento compete:

I. ....;

II. revogado (Resolução nº \_\_\_\_);

III. ....

**CAPÍTULO X**  
**Dos Departamentos**


Art. 40 - revogado (Resolução nº \_\_\_\_).

**CAPÍTULO XV**  
**Disposições Transitórias**

Art. 1º – As comissões referidas no art. 4º deste Regimento, o CPGeo, bem como o CEPAS deverão, no prazo de sessenta dias, a partir da data da vigência deste Regimento, submeter à aprovação da Congregação o anteprojeto de seus respectivos regimentos.”

Encaminhe-se à Procuradoria Geral.

IGc/1º.09.2011

  
Iolanda H. G. Nakasima  
Assistente Técnico Acadêmico





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

8

PG. C. 2350/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº:** 72.1.17597.1.7

**INTERESSADO:** Instituto de Geociências

**ASSUNTO:** Proposta de alteração do Regimento Interno. Pareceres PG. P. 963/11 e 1262/11. Encaminhamento. Apreciação da proposta. CLR e Co.

**COTA**

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Geociências, aprovada pela Congregação da Unidade na sua 353ª Sessão, realizada em 31 de agosto de 2011 (fls. 310/311), após integral atendimento das sugestões da Procuradoria Geral formuladas nos Pareceres PG. P 963/11 e 1262/11 (fls. 297/300 e fls. 303/304).

Em cumprimento às normas universitárias, recomendamos o envio dos autos à douta Comissão de Legislação e Recursos – CLR, para que se manifeste, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 12 do Regimento Geral, e após, ao Conselho Universitário – Co, para deliberação, conforme disposto no item 6 do parágrafo único do artigo 16 do Estatuto.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos à d. CLR.

Procuradoria Geral, 6 de setembro de 2011.

  
**REGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*de acordo*  
*PG. 06/09/2011*  
*Marisa Alves Vilarino*  
*Procuradora*  
*chef. im. ex. l. 11*

*Aprova.*  
*A CLR (Secretaria*  
*geral).*  
*PG. 06/09/2011*  
*Ana Maria da Cruz*  
ANA MARIA DA CRUZ  
Procuradora Chefe

**PROCESSO: 72.1.17597.1.7**

**INTERESSADO: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS (IGc)**

**ASSUNTO: Proposta de alterações no Regimento do Instituto de Geociências (IGc).**

### **PARECER**

O presente processo contempla a solicitação da Diretoria do Instituto de Geociências (IGc) da Universidade de São Paulo (USP) de apreciação das alterações no Regimento do IGc. Tal proposta foi aprovada pela Congregação em reunião realizada no dia 23/03/11 (fls. 291-294).

A Procuradoria Geral da USP (PG-USP) em seu parecer fez vários comentários e sugestões apresentando quadro sinótico (fls. 297-300). O IGc propõe a supressão do inciso II do art. 11, art. 12, inciso II do art. 23 e art. 40, bem como as alterações dos artigos 16 e 17, pretendendo extinguir as Comissões Assessoras e os órgãos técnicos do IGc, bem como adequar o Regimento ao novo Regimento de Pós-Graduação, especificamente no tocante à composição e competência da Comissão de Pós-Graduação. A PG-USP entende que não encontra óbice sob o aspecto formal, observando que as alterações dos artigos 16 e 17 estão de acordo com o atual Regimento de Pós-Graduação.

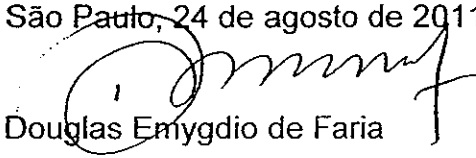
A Presidência da Comissão de Pós-Graduação analisou o parecer da PG-USP e a Direção do IGc em ofício informa que a Unidade reexaminou a proposta de alteração e entende que o artigo 12, o inciso II do art. 23 e o art. 40 devem permanecer no Regimento, constando "revogado pela Resolução n.....". Em relação aos artigos 16 e 17, a Unidade é favorável à sugestão de redação para o artigo 16 e quanto ao artigo 17, manifestou-se no sentido de manter a proposta de relacionar todas as competências, desde que não haja óbice jurídico (fls. 301-302).

A PG-USP em outro parecer esclarece que a reprodução da norma de hierarquia superior, Regimento da Pós-Graduação, em norma de hierarquia inferior, Regimento da Unidade, não é conveniente, pois a alteração substancial da norma superior implica a imediata revogação da norma de hierarquia inferior reproduzida, de modo que seria necessária nova reforma do Regimento da Unidade, para se adequar à nova redação da norma de hierarquia superior. Salaria que, sob o prisma estritamente jurídico-formal, não há impedimento na manutenção da redação do artigo 17 nos termos da proposta original. Todavia, não é recomendável a reprodução pretendida: incisos do art. 35 do Regimento da Pós-Graduação. Recomenda a redação do art. 17 sugerida em parecer PG.P. 963/11, mas nada impede, sob o aspecto jurídico-formal, a manutenção da proposta, conforme manifestado pela CPG (312-313).

A Congregação em reunião realizada no dia 31/08/11, manifesta-se favoravelmente a proposta de alteração do Regimento do IGc, conforme proposto pela PG-USP.

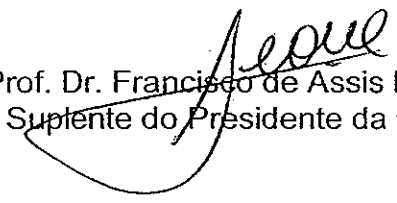
**Parecer:** Em concordância com o exposto acima e com a devida tramitação do processo, sou de PARECER FAVORÁVEL à solicitação do IGc:

São Paulo, 24 de agosto de 2011

  
Douglas Emygdio de Faria

A CLR, em sessão realizada em 21 de setembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações do Regimento do Instituto de Geociências.

São Paulo, 5 de outubro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Suplente do Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 5 de outubro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



Secretaria Geral

## MINUTA

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2012.**

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Geociências.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ 2012, baixa a seguinte

### **RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – Ficam suprimidos, o inciso II do artigo 11, o artigo 12, o inciso II do artigo 23 e o artigo 40 do Regimento do Instituto de Geociências, baixado pela Resolução nº 4086, de 21 de junho de 1994, alterado pelas Resoluções nºs 4291/96 e 4690/99.

“Artigo 11 - ...

I - ...

II – suprimido.

Artigo 12 – suprimido.

Artigo 23 - ...

I - ...

II – suprimido;

Artigo 40 – suprimido.”

**Artigo 2º** - O artigo 16 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 16 – A Comissão de Pós-Graduação será composta de: (NR)

I – cinco membros docentes em efetivo exercício, dentre os quais os Coordenadores dos Programas, como membros natos, e os demais eleitos dentre os orientadores credenciados nos três programas, pelos seus pares, observado que cada programa não poderá ter mais do que dois docentes como membro da Comissão de Pós-Graduação;

II - um representante discente, aluno regularmente matriculado em Programa de Pós-Graduação do IGC, não vinculado ao corpo docente da USP, assegurado aos alunos que sejam também membros do corpo docente o direito de voto, mas não de ser votado.

§ 1º - O Suplente do Coordenador substituirá o Coordenador do Programa em suas faltas e impedimentos.



Secretaria Geral

§ 2º - Juntamente com os membros titulares docentes serão eleitos suplentes.

§ 3º - O mandato dos membros do quadro docente será de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º - Juntamente com o membro titular discente será eleito suplente.

§ 5º - O mandato do representante discente será de um ano, permitida uma recondução.

§ 6º - A Comissão de Pós-Graduação elegerá seu Presidente e respectivo Suplente, respeitando-se o disposto no art. 34 do Regimento da Pós-Graduação da USP."

**Artigo 3º** - O artigo 17 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 17 – Compete à Comissão de Pós-Graduação, além do previsto no art. 35 do Regimento da Pós-Graduação, outras atribuições que lhe possam ser destinadas pelo Conselho de Pós-Graduação." (NR)

**Artigo 4º** - O artigo 1º da Disposição Transitória passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - As comissões referidas no art. 4º deste Regimento, o CPGeo, bem como o CEPAS deverão, no prazo de sessenta dias, a partir da data da vigência deste Regimento, submeter à aprovação da Congregação o anteprojeto de seus respectivos regimentos." (NR)

**Artigo 5º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 4177/95. (Proc. 72.1.17597.1.7)

Reitoria da Universidade de São Paulo,                      de                      de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral

**2. PROCESSO 2000.1.444.45.8 – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E  
ESTATÍSTICA**

INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

FLS. N.º 62

Proc. N.º \_\_\_\_\_

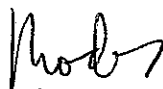
Rub. 19

**Processos:** 2000.1.444.45.8

**Interessado:** INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

A CLR, em sessão realizada em 09 de novembro de 2009, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações do artigo 16, inciso III do artigo 20, parágrafo único do artigo 50 e artigo 52, do Regimento do Instituto de Matemática e Estatística e contrário às alterações propostas aos artigos 37 a 41.

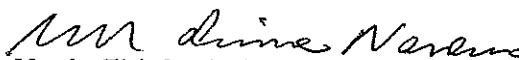
São Paulo, 10 de novembro de 2009.



**Prof. Dr. João Grandino Rodas**  
Presidente da CLR

De ordem da Magnífica Reitora, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 10 de novembro de 2009.



**Profa. Dra. Maria Fidela de Lima Navarro**  
Secretária Geral

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
REITORIA

1138  
88

INORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

FLS. N.º 63

Proc. N.º 49

Rub. \_\_\_\_\_

Processo: 2000.1.444.45.8

Interessado: INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

Em reunião do Conselho Universitário de 17.11.2009, o  
Conselheiro Flávio Ulhoa Coelho, solicitou a retirada dos autos de pauta,  
tendo a Mesa deferido.

Assim sendo, encaminhem-se os autos ao IME.

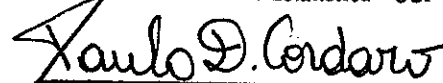
São Paulo, 18 de novembro de 2009.

  
Profª Drª Maria Fidela de Lima Navarro  
Secretária Geral

Ciente.  
Para inclusão  
na pauta de  
uma futura  
reunião da  
Congregação.

04 DEZ. 2009

Instituto de Matemática e Estatística - USP



Paulo Domingos Cordaro  
Diretor



Of. ATAc-057

São Paulo, 21 de setembro de 2010.

Magnífico Reitor,

Estamos reencaminhando, para as devidas providências, algumas solicitações de modificação do Regimento Interno do IME. Em anexo, um quadro-resumo destas solicitações. Como algumas destas propostas já foram objeto de análise por parte da Consultoria Jurídica e da Comissão de Legislação e Recursos, comentaremos a seguir os seus atuais estágios.

I. As propostas seguintes já receberam pareceres favoráveis da CJ (fls. 1124 a 1126) e da CLR (fls. 1135 a 1137):

A. Nova redação do Parágrafo único do Artigo 50 (aprovada na 439ª Sessão da Congregação em 27/03/2003):

*"As eleições a que se refere o "caput" deste artigo serão realizadas em dia útil, definido pela Congregação, da segunda quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano".*

B. Extinção do Inciso III do Artigo 20 (Comissão de Iniciação Científica) e alteração da redação do Artigo 16 (aprovadas na 448ª Sessão da Congregação em 27/11/2003):

*"À CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada, e coordenar as atividades de iniciação científica".*

C. Alteração do Artigo 52 (aprovada na 477ª Sessão da Congregação em 29/06/2006):

*"O IME manterá um periódico científico, denominado "São Paulo Journal of Mathematical Sciences" (formerly "Resenhas)".*



1156  
NE

II. A proposta a seguir é uma reformulação da inicialmente aprovada na 467ª Sessão da Congregação de 25/8/2005 e que não obteve um parecer favorável da CJ (fls. 1124 a 1126) e da CLR (fls. 1135 a 1137). A nova redação apresentada abaixo visa atender as objeções levantadas fazendo com que o julgamento da prova "apresentação do projeto de pesquisa" tenha um caráter puramente objetivo.

D. Alteração do Artigo 37 (aprovada na 467ª Sessão da Congregação de 25/08/2005), alteração do Parágrafo único e inclusão de novos artigos (nova redação aprovada na 524ª Sessão da Congregação de 27/05/2010):

*Artigo 37 - De acordo com o artigo 135 do Regimento Geral da USP, as provas para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos:*

- I. Julgamento do memorial com prova pública de arguição (peso 50);*
- II. Prova didática (peso 25);*
- III. outra prova (peso 25).*

*Parágrafo único - A escolha da outra prova será feita pela Congregação, por proposta do Departamento, dentre as modalidades abaixo, e deverá constar do edital do concurso:*

- I. escrita;*
- II. apresentação de projeto de pesquisa.*

*Artigo 37A - Caso a prova referida no inciso III do Artigo 37 deste Regimento seja escrita, aplicam-se as normas do artigo 139 do Regimento Geral da USP.*

*Artigo 37B - Caso a prova referida no inciso III do Artigo 37 deste Regimento seja a apresentação de projeto de pesquisa, constará a mesma de arguição sobre o referido projeto e deverá analisar a sua relevância e adequação ao programa do concurso.*

*§ 1º. O candidato disporá de dez a vinte minutos para a apresentação oral de seu projeto de pesquisa.*

*§ 2º. Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo de resposta.*

*§ 3º. Finda a arguição, cada examinador lançará a nota em impresso próprio, levando em conta os objetivos mencionados no "caput" deste artigo.*



III. Na 466ª Sessão de 30/06/2005, a Congregação aprovou a inclusão do seguinte Artigo:

*Artigo 36 A - As inscrições para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor poderão ser abertas pelo prazo de trinta a noventa dias, devendo ser definido, caso a caso, pela Congregação, por proposta dos Departamentos.*

Após esta aprovação tomamos conhecimento das manifestações da CLR pelos Ofícios Circ. /SG/CLR/025 e 032 (fls. 1151 e 1153).

Em função disso, o Instituto de Matemática e Estatística solicita mui respeitosamente à Comissão de Legislação e Recursos que analise uma flexibilização na interpretação do artigo 132 do Regimento da USP. Este artigo estabelece que as inscrições para os concursos de Professor Doutor poderão ser abertas pelo prazo de trinta a noventa dias, a critério da Unidade.

Pelo entendimento da CLR, este prazo deve ser único para todos os concursos de uma determinada unidade, devendo ser fixada ou no seu Regimento ou por meio de portaria específica do Diretor.

A Congregação do IME acredita que, sem ferir o que estabelece o artigo 132 supra citado, os prazos de inscrição para os concursos de Professor Doutor poderiam ser estabelecidos, sempre no intervalo de 30 a 90 dias, caso a caso, no momento da aprovação do respectivo edital pela Congregação, por proposta do Departamento correspondente. Para se evitar controvérsias, o prazo de inscrição apareceria em destaque no edital.

Acreditamos que tal sistemática traria enormes vantagens à administração, pois possibilitaria que, em alguns casos, utilizássemos um prazo menor para a contratação sem abrimos mão de, em outros, termos a necessidade de um prazo maior de divulgação. De qualquer maneira, o mínimo de 30 dias estaria garantido, garantindo assim o necessário tempo de divulgação normalmente utilizado nestes casos.

Em vista do acima exposto, solicitamos a esta Comissão que analise a possibilidade de se flexibilizar a interpretação permitindo que o prazo de inscrição de um concurso para Professor Doutor seja definido pela Congregação quando de sua abertura, devendo constar no edital do mesmo e deverá ser, em acordo com o artigo 132 do RUSP, no intervalo de 30 a 90 dias.



1158  
NB

IV. As propostas de modificação do Regimento listadas a seguir foram aprovadas na 524ª Sessão da Congregação de 27/05/2010 e ainda não foram objeto de análise por parte da CJ e CLR.

E. Inclusão do CCSL no artigo 2º, inciso V:

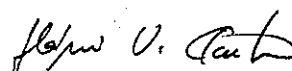
*V - Centro de Competência em Software Livre (CCSL).*

E. Inclusão de curso no artigo 24, inciso VI:

*VI - Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional.*

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e aproveitamos a oportunidade para reiterar os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Flavio Ulhoa Coelho  
Diretor

Exmo. Sr.  
Prof. Dr. **João Grandino Rodas**  
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

# PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DO IME - USP

TEXTO ATUAL	TEXTO PROPOSTO	APROVAÇÃO CONGREGAÇÃO
<p>Art. 2º - O IME é constituído dos seguintes Departamentos:</p> <p>I – Departamento de Matemática (MAT);</p> <p>II – Departamento de Matemática Aplicada (MAP);</p> <p>III – Departamento de Estatística (MAE);</p> <p>IV – Departamento de Ciência da Computação (MAC);</p> <p>e dos seguintes Centros:</p> <p>I – Centro de Estatística Aplicada (CEA);</p> <p>II – Centro de Matemática e Computação Aplicada (CEMCAP);</p> <p>III – Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM);</p> <p>IV – Centro de Ensino de Computação (CEC)</p>	<p>Art. 2º - O IME é constituído dos seguintes Departamentos:</p> <p>I – Departamento de Matemática (MAT);</p> <p>II – Departamento de Matemática Aplicada (MAP);</p> <p>III – Departamento de Estatística (MAE);</p> <p>IV – Departamento de Ciência da Computação (MAC);</p> <p>e dos seguintes Centros:</p> <p>I – Centro de Estatística Aplicada (CEA);</p> <p>II – Centro de Matemática e Computação Aplicada (CEMCAP);</p> <p>III – Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM);</p> <p>IV – Centro de Ensino de Computação (CEC)</p> <p>V – Centro de Competência em Software Livre (CCSL)</p>	<p>27/5/2010</p>
<p>Art. 16 – À CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada.</p>	<p>Art. 16 – À CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada, e coordenar as atividades de iniciação científica.</p>	<p>27/11/2003</p>
<p>Art. 20 – São subordinadas ao Diretor as seguintes Comissões Permanentes:</p> <p>I – Comissão de Biblioteca;</p> <p>II – Comissão de Informática;</p> <p>III – Comissão de Iniciação Científica;</p> <p>IV – Comissão de Cursos de Verão;</p> <p>V – Comissão de Monitoria.</p>	<p>Art. 20 – São subordinadas ao Diretor as seguintes Comissões Permanentes:</p> <p>I – Comissão de Biblioteca;</p> <p>II – Comissão de Informática;</p> <p>III – Comissão de Cursos de Verão;</p> <p>IV – Comissão de Monitoria.</p>	<p>27/11/2003</p>

<p>Art. 24 – São cursos de graduação sob responsabilidade do IME os seguintes:</p> <p>I – Curso de Bacharelado em Matemática;</p> <p>II – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada;</p> <p>III – Curso de Bacharelado em Estatística;</p> <p>IV – Curso de Bacharelado em Ciência da Computação;</p> <p>V – Curso de Licenciatura em Matemática;</p> <p>VI – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional.</p>	<p>Art. 24 – São cursos de graduação sob responsabilidade do IME os seguintes:</p> <p>I – Curso de Bacharelado em Matemática;</p> <p>II – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada;</p> <p>III – Curso de Bacharelado em Estatística;</p> <p>IV – Curso de Bacharelado em Ciência da Computação;</p> <p>V – Curso de Licenciatura em Matemática;</p> <p>VI – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional.</p>	<p>27/5/2010</p>
	<p>Art. 36 A – As inscrições para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor poderão ser abertas pelo prazo de trinta a noventa dias, devendo ser definido, caso a caso, pela Congregação, por proposta dos Departamentos.</p>	<p>30/6/2005</p>
<p>Art. 37 – As provas para os concursos para provimento dos cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos:</p> <p>I – Prova Didática: 2 (dois);</p> <p>II – Prova Escrita: 3 (três)</p> <p>III – Julgamento do Memorial com prova pública de arguição: 5 (cinco).</p> <p>Parágrafo único – A prova didática e a leitura da prova escrita também serão públicas.</p>	<p>Art. 37 – De acordo com o artigo 135 do Regimento Geral da USP, as provas para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos:</p> <p>I – Julgamento do memorial com prova pública de arguição (peso 50)</p> <p>II – Prova didática (peso 25)</p> <p>III – outra prova (peso 25)</p> <p>Parágrafo único – A escolha da outra prova será feita pela Congregação, por proposta do Departamento, dentre as modalidades abaixo, e deverá constar do edital do concurso:</p> <p>I – escrita;</p> <p>II – apresentação de projeto de pesquisa.</p>	<p>25/8/2005</p> <p>27/5/2010</p>

	Art. 37 A – Caso a prova referida no Artigo 37 deste Regimento seja escrita, aplicam-se as normas do artigo 139 do Regimento Geral da USP.	27/5/2010
	Art. 37 B – Caso a prova referida no Artigo 37 deste Regimento seja a apresentação de projeto de pesquisa, constará a mesma de arguição sobre o referido projeto e deverá analisar a sua relevância e adequação ao programa do concurso. § 1º - O candidato disporá de dez a vinte minutos para a apresentação oral de seu projeto de pesquisa. § 2º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo de resposta. § 3º - Finda a arguição, cada examinador lançará a nota em impresso próprio, levando em conta os objetivos mencionados no "caput" deste artigo.	27/5/2010
Art. 50 – Quando indicados por eleições, os membros dos colegiados e seus suplentes serão considerados eleitos por maioria simples de votos, exceto quando outro "quorum" for especificado no Estatuto, no Regimento Geral, neste Regimento ou nos regimentos próprios.  Parágrafo único – As eleições a que se refere o "caput" deste artigo, serão realizadas no primeiro dia útil da 2ª quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano.	Art. 50 – sem alteração          Parágrafo único - As eleições a que se refere o "caput" deste artigo, serão realizadas em dia útil, definido pela Congregação, da segunda quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano.	27/3/2003
Art. 52 – O IME manterá um periódico científico, denominado "Resenhas do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo".	Art. 52 – O IME manterá um periódico científico, denominado "São Paulo Journal of Mathematical Sciences" (formerly "Resenhas").	29/6/2006



**CJ. P. 5046/10- RUSP**  
**GFCM**

**PROCESSO Nº.: 00.1.444.45.8**

**INTERESSADO:** Instituto de Matemática e Estatística

**ASSUNTO:** Alterações no Regimento Interno.  
Análise jurídico-formal.

### **PARECER**

1. Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Matemática e Estatística, em parte analisada por esta Consultoria Jurídica, no Parecer CJ P 1558/09, da lavra da Procuradora Jocélia de Almeida Castilho. Tal Parecer foi apreciado pela douta Comissão de Legislação e Recursos do colendo Conselho Universitário, no Parecer de fls. 1135-1136, da lavra do Conselheiro Ignácio Maria Poveda Velasco. Submetidas tais análises ao crivo do colendo Conselho Universitário em sessão de 17.11.2009, foram os autos retirados de pauta a pedido do Conselheiro Flávio Ulhoa Coelho e encaminhados à Unidade interessada para reanálise.

2. Retornam, agora, com (i) a manutenção de parte daquelas propostas já analisadas – e aprovadas no âmbito da d. CLR –, (ii) a alteração de parte daquelas propostas – o que recomenda nova análise jurídico-formal por parte desta CJ e de mérito por parte da d. CLR – além de (iii) propostas que se referem substancialmente a decisões anteriores da d. CLR, rogando-se revisão do posicionamento daquele órgão.

É o relatório do necessário. Passo à análise jurídico-formal.

3. No bojo das propostas já analisadas e aprovadas pela d. CLR encontram-se:

- Nova redação ao art. 50, parágrafo único;





- Exclusão do inciso III do art. 20;
- Nova redação ao art. 16;
- Nova redação ao art. 52;

Tendo já havido, sobre tais alterações, pareceres favoráveis desta CJ e da d. CLR, como salientado, não se procederá a nova análise, remetendo-se às considerações favoráveis anteriormente lançadas.

4. No âmbito das propostas objeto de inovação por parte da Congregação do IME, à vista de manifestações contrárias desta CJ e da d. CLR, encontra-se a reformulação do art. 37 e inclusão dos arts. 37-A e 37-B, ao regimento Interno da Unidade interessada.

Na proposta anteriormente encaminhada, esta CJ e a d. CLR objetaram que a prova intitulada "apresentação do projeto de pesquisa" mostrava-se extremamente subjetiva, abrindo flanco indesejável à contestação por parte de candidatos insatisfeitos com o resultado da avaliação. Além disso, alegou-se que a análise do projeto de pesquisa em si seria atribuição da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), não sendo recomendável haver dupla avaliação, verdadeiro *bis in idem*, em tais análises.

Quanto a este último ponto – o da dupla avaliação – seja permitido um esclarecimento. Em consulta ao Presidente da CERT, Professor José Antonio Franchini Ramires, foi asseverado por ele que a análise levada a cabo pela CERT é eminentemente de adequação do quanto proposto à carga horária do regime posto em concurso, ou seja, o mérito do projeto não é por ela avaliado. Tão só sua adequação com a carga horária de dedicação do docente é objeto de análise, além do cumprimento a contento do projeto, o que só se pode avaliar após o término do lapso temporal de dois anos entre seu ingresso e a apresentação do primeiro relatório bienal de atividades.

Quanto à subjetividade da prova, necessária a fixação de critérios objetivos para a análise do projeto de pesquisa. Nesses termos, sugere o IME a inclusão do art. 37-B a seu regimento Interno, que prevê arguição relativa ao projeto apresentado pelo candidato, segundo procedimento fixado nos parágrafos 1º a 3º de referido artigo. Esclarece o *caput* do art. 37-B que tal arguição levará em conta "sua relevância e adequação ao programa do concurso".



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

3  
1105

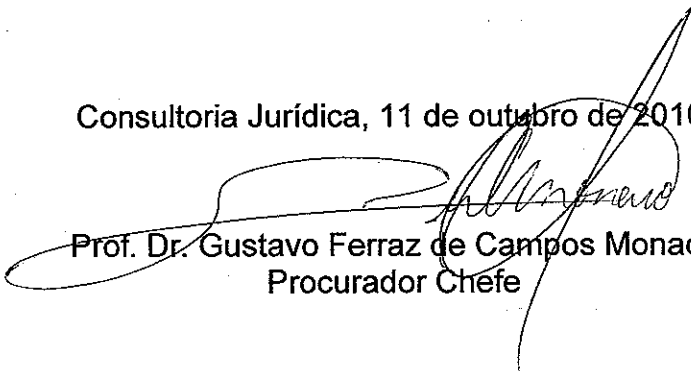
5. Em que pese a tentativa de objetivar a avaliação, crê-se que a proposta avança em tal direção, mas não é suficientemente clara quanto a tais pormenores. Por tal razão, ousou sugerir à Congregação do IME que analise o mérito da proposta do Instituto de Física, que se depara com situação análoga, e cuja proposta é objeto de parecer favorável desta CJ (Parecer CJ P. 5047/2010) justamente por ter encontrado critérios mais específicos e claros de avaliação (juntado por cópia).

6. Por fim, no âmbito de propostas da competência da d. CLR, encontra-se a inclusão do art. 36-A, que estabelece que os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor ficarão abertos, na Unidade, pelo prazo de trinta a noventa dias. Haverá especificação, em cada caso, por proposta do Departamento interessado e aprovação da dita Congregação da Unidade por ocasião da aprovação do pedido de abertura do certame.

Tratando-se de matéria já decidida pela d. CLR e objeto dos ofícios Circulares SG/CLR nº 025 e 032, remete-se tal análise àquele foro próprio de discussão.

Encaminhem-se os autos, preliminarmente, ao IME, para análise do item 5 do presente Parecer, retornando a esta CJ para análise conclusiva, após.

Consultoria Jurídica, 11 de outubro de 2010.

  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Chefe



**CJ. P. 5047/10- RUSP**  
**GFCM**

**PROCESSO Nº.: 73.1.8166.1.8**

**INTERESSADO:** Instituto de Física

**ASSUNTO:** Alterações no Regimento Interno.  
Análise jurídico-formal.

**PARECER**

CÓPIA

1. Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Física, em parte analisada por esta Consultoria Jurídica, no Parecer CJ P 1186/09, da lavra da então Procuradora Andréa Lúcia Nazário Villas. Tal Parecer foi apreciado pela douta Comissão de Legislação e Recursos do colendo Conselho Universitário, no Parecer de fls. 296, da lavra do Conselheiro Ignácio Maria Poveda Velasco. Submetidas tais análises ao crivo do colendo Conselho Universitário em sessão de 17.11.2009, foram os autos retirados de pauta a pedido do Conselheiro Alejandro Szanto de Toledo e encaminhados à Unidade interessada para reanálise.

2. Retornam, agora, com (i) a manutenção de parte daquelas propostas já analisadas – e aprovadas no âmbito da d. CLR –, (ii) a alteração de parte daquelas propostas – o que recomenda nova análise jurídico-formal por parte desta CJ e de mérito por parte da d. CLR.

É o relatório do necessário. Passo à análise jurídico-formal.

3. No bojo das propostas já analisadas e aprovadas pela d. CLR encontram-se:

- Nova redação ao art. 25, § 1º (quanto a esse dispositivo, foi já objeto de edição da Resolução 5829, de 12 de abril de 2010, por se tratar de simples adequação de dispositi-



vos ao Regimento de Pós-Graduação, mostrando-se suficiente a análise pela d. CLR);

- Nova redação ao art. 52, com possibilidade de se aprovar concursos de ingresso em duas fases e atribuição de novos pesos às provas de tal concurso;

Tendo já havido, sobre tais alterações, pareceres favoráveis dessa CJ e da d. CLR, como salientado, abster-se-á de proceder a nova análise, remetendo-se às considerações favoráveis anteriormente lançadas.

4. No âmbito da proposta objeto de inovação por parte da Congregação do IF, à vista de manifestações contrárias desta CJ e da d. CLR, encontra-se a reformulação do mesmo art. 52, mormente com a inclusão de seu inciso III e dos parágrafos 4º e 5º.

Na proposta anteriormente encaminhada, esta CJ e a d. CLR objetaram que a prova intitulada "apresentação do projeto de pesquisa e respectiva arguição" mostrava-se extremamente subjetiva, abrindo flanco indesejável à contestação por parte de candidatos insatisfeitos com o resultado da avaliação. Além disso, alegou-se no Parecer CJ 1558/09, referente ao Regimento Interno do Instituto de Matemática e Estatística, que a análise do projeto de pesquisa em si seria atribuição da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), não sendo recomendável haver dupla avaliação, verdadeiro *bis in idem*, em tais análises.

Quanto a este último ponto – o da dupla avaliação – seja permitido um esclarecimento. Em consulta ao Presidente da CERT, Professor José Antonio Franchini Ramires, foi asseverado por ele que a análise levada a cabo pela CERT é eminentemente de adequação do quanto proposto à carga horária do regime posto em concurso, ou seja, o mérito do projeto não é por ela avaliado. Tão só sua adequação com a carga horária de dedicação do docente é objeto de análise, além do cumprimento a contento do projeto, o que só se pode avaliar após o término do lapso temporal de dois anos entre seu ingresso e a apresentação do primeiro relatório bienal de atividades.

Quanto à subjetividade da prova, necessária a fixação de critérios objetivos para a análise do projeto de pesquisa. Nesses termos, sugere o IF a



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8 1168

CÓPIA

inclusão do § 5º ao art. 52 de seu Regimento Interno, que estabelece que a arguição dialogada relativa ao projeto apresentado pelo candidato, segundo procedimento fixado no § 4º de referido artigo, se fará com base nos seguintes critérios: (a) adequação às linhas de pesquisa da Unidade; (b) enquadramento à área de atuação do departamento; (c) originalidade e (d) viabilidade à luz da infra-estrutura existente na Unidade.

A esta Consultoria Jurídica parece que os critérios fixados na proposta são suficientemente rígidos e objetivos, tendo superado as objeções anteriormente lançadas por este órgão consultivo na análise da proposta anterior. Por tais razões, crê-se que os autos estejam em condições de análise pelo Colegiado Conselho Universitário, após oitiva da d. CLR.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Geral para inclusão na pauta da d. CLR para análise dos termos propostos para o art. 52, § 2º, III, § 4º e § 5º.

Consultoria Jurídica, 11 de outubro de 2010.

Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Chefe

Protocolo nº 1168/2010  
Data de emissão: 11/10/2010  
Assinatura: Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Cargo: Procurador Chefe



116c

**Of. ATAc-059**

São Paulo, 11 de julho de 2011

Magnífico Reitor,

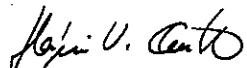
Estamos reencaminhando, para as devidas providências, algumas solicitações de modificação do Regimento Interno do IME que já foram objeto de análise pela Procuradoria Geral, conforme folhas 1163 a 1165. Gostaríamos, no entanto, de fazer alguns comentários adicionais ao nosso Of. ATAc-057 de 21/09/2010 (folhas 1155 a 1158).

Levando-se em conta as sugestões apresentadas no parecer acima mencionado, emitido pela PG, a Congregação do IME aprovou em 26/05/2011 uma nova redação para o artigo 37B. Acreditamos que essa nova proposta atende ao questionamento levantado anteriormente, fazendo com que o julgamento da prova "apresentação do projeto de pesquisa" dos concursos de Professor Doutor tenha um caráter puramente objetivo.

Por fim, com relação ao artigo 36A, a nossa argumentação foi contemplada pela nova interpretação aprovada pela CLR em sua sessão de 30/11/2010, referente à fixação de prazo para inscrição em concursos de Professor Doutor. Sendo assim, entendemos que tal artigo possa ser agora incluído no Regimento do IME, conforme proposto.

Segue anexo um quadro-resumo das nossas solicitações. No ensejo, permita-me reiterar os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Flávio Ulhoa Coelho  
Diretor

Exmo. Sr.  
Prof. Dr. **João Grandino Rodas**  
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo

# PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DO IME - USP

TEXTO ATUAL	TEXTO PROPOSTO	APROVAÇÃO CONGREGAÇÃO
<p>Art. 2º - O IME é constituído dos seguintes Departamentos:</p> <p>I – Departamento de Matemática (MAT);</p> <p>II – Departamento de Matemática Aplicada (MAP);</p> <p>III – Departamento de Estatística (MAE);</p> <p>IV – Departamento de Ciência da Computação (MAC);</p> <p>(MAC);</p> <p>e dos seguintes Centros:</p> <p>I – Centro de Estatística Aplicada (CEA);</p> <p>II – Centro de Matemática e Computação Aplicada (CEMCAP);</p> <p>III – Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM);</p> <p>IV – Centro de Ensino de Computação (CEC)</p>	<p>Art. 2º - O IME é constituído dos seguintes Departamentos:</p> <p>I – Departamento de Matemática (MAT);</p> <p>II – Departamento de Matemática Aplicada (MAP);</p> <p>III – Departamento de Estatística (MAE);</p> <p>IV – Departamento de Ciência da Computação (MAC);</p> <p>e dos seguintes Centros:</p> <p>I – Centro de Estatística Aplicada (CEA);</p> <p>II – Centro de Matemática e Computação Aplicada (CEMCAP);</p> <p>III – Centro de Aperfeiçoamento do Ensino de Matemática (CAEM);</p> <p>IV – Centro de Ensino de Computação (CEC)</p> <p>V – Centro de Competência em Software Livre (CCSL)</p>	<p>27/5/2010</p>
<p>Art. 16 – A CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada, e quando solicitada.</p>	<p>Art. 16 – A CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada, e coordenar as atividades de iniciação científica.</p>	<p>27/11/2003</p>
<p>Art. 20 – São subordinadas ao Diretor as seguintes Comissões Permanentes:</p> <p>I – Comissão de Biblioteca;</p> <p>II – Comissão de Informática;</p> <p>III – Comissão de Iniciação Científica;</p> <p>IV – Comissão de Cursos de Verão;</p> <p>V – Comissão de Monitoria.</p>	<p>Art. 20 – São subordinadas ao Diretor as seguintes Comissões Permanentes:</p> <p>I – Comissão de Biblioteca;</p> <p>II – Comissão de Informática;</p> <p>III – Comissão de Cursos de Verão;</p> <p>IV – Comissão de Monitoria.</p>	<p>27/11/2003</p>

<p>Art. 24 – São cursos de graduação sob responsabilidade do IME os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I – Curso de Bacharelado em Matemática;</li> <li>II – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada;</li> <li>III – Curso de Bacharelado em Estatística;</li> <li>IV – Curso de Bacharelado em Estatística;</li> <li>V – Curso de Bacharelado em Estatística da Computação;</li> <li>V – Curso de Licenciatura em Matemática</li> </ul>	<p>Art. 24 – São cursos de graduação sob responsabilidade do IME os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I – Curso de Bacharelado em Matemática;</li> <li>II – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada;</li> <li>III – Curso de Bacharelado em Estatística;</li> <li>IV – Curso de Bacharelado em Estatística;</li> <li>V – Curso de Bacharelado em Estatística da Computação;</li> <li>VI – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional.</li> </ul>	<p>27/5/2010</p>
	<p>Art. 36 A – As inscrições para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor poderão ser abertas pelo prazo de trinta a noventa dias, devendo ser definido, caso a caso, pela Congregação, por proposta dos Departamentos.</p>	<p>30/6/2005</p>
<p>Art. 37 – As provas para os concursos para provimento dos cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I – Prova Didática: 2 (dois);</li> <li>II – Prova Escrita: 3 (três)</li> <li>III – Julgamento do Memorial com prova pública de arguição: 5 (cinco).</li> </ul> <p>Parágrafo único – A prova didática e a leitura da prova escrita também serão públicas.</p>	<p>Art. 37 – De acordo com o artigo 135 do Regimento Geral da USP, as provas para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I – Julgamento do memorial com prova pública de arguição (peso 50)</li> <li>II – Prova didática (peso 25)</li> <li>III – outra prova (peso 25)</li> </ul> <p>Parágrafo único – A escolha da outra prova será feita pela Congregação, por proposta do Departamento, dentre as modalidades abaixo, e deverá constar do edital do concurso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I – escrita;</li> <li>II – apresentação de projeto de pesquisa.</li> </ul>	<p>25/8/2005</p> <p>27/5/2010</p>



	Art. 37 A – Caso a prova referida no artigo 37 deste Regimento seja escrita, aplicam-se as normas do artigo 139 do Regimento Geral da USP.	27/5/2010
	Art. 37 B – Caso a prova referida no artigo 37 deste Regimento seja a apresentação de projeto de pesquisa na área do concurso, constará a mesma de arguição sobre o referido projeto e deverá analisar objetivamente: I – adequação às linhas de pesquisa de interesse do Departamento; II – enquadramento à área de atuação do Departamento; III – originalidade e relevância; IV – viabilidade à luz da infra-estrutura existente na Unidade.  § 1º - O candidato disporá de dez a vinte minutos para a apresentação oral de seu projeto de pesquisa. § 2º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo de resposta. § 3º - Finda a arguição, cada examinador lançará a nota em impresso próprio, levando em conta os objetivos mencionados no "caput" deste artigo.	26/5/2011
Art. 50 – Quando indicados por eleições, os membros dos colegiados e seus suplentes serão considerados eleitos por maioria simples de votos, exceto quando outro "quorum" for especificado no Estatuto, no Regimento Geral, neste Regimento ou nos regimentos próprios.	Art. 50 – sem alteração	27/3/2003
Parágrafo único – As eleições a que se refere o	Parágrafo único - As eleições a que se refere o "caput"	

<p>"caput" deste artigo, serão realizadas no primeiro dia útil da 2ª quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano.</p>	<p>deste artigo, serão realizadas em dia útil, definido pela Congregação, da segunda quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano.</p>	
<p>Art. 52 – O IME manterá um periódico científico, denominado "Resenhas do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo".</p>	<p>Art. 52 – O IME manterá um periódico científico, denominado "São Paulo Journal of Mathematical Sciences" (formerly "Resenhas").</p>	<p>29/6/2006</p>



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

11

PG. P. 2420/11  
JAC/

**PROCESSO:** 2000.1.444.45.8

**INTERESSADO:** INSTITUTO DE MATEMÁTICA  
E ESTATÍSTICA

**ASSUNTO:** Regimento Interno. Proposta de  
alteração. Análise legal.

**P A R E C E R**

Após o Parecer CJ nº 5047/10, retornam os autos com nova proposta de alteração dos artigos 2º, 16, 20, 24, 36 A, 37, 37-A, 37-B, 50 e 52 do Regimento do IME.

Examinando o quadro sinótico acostado às fls. 1170/1173, verificamos que os artigos 2º, 24, 50 e 52, visam adequar as modificações ocorridas no âmbito da Unidade, em matéria que lhe é afeta, enquanto o artigo 36 A observa a alteração ocorrida no Regimento Geral.

Por sua vez, os artigos 37, 37-A e 37 B parece-nos atendidas a recomendações contidas no mencionado Parecer, tendo sido incluídos critérios objetivos para realização de prova intitulada "apresentação do projeto de pesquisa", enquanto prova prevista no artigo 135, III do Regimento Geral.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

1777

Diante do exposto, entendemos que a proposta encontra-se em condições de ser submetida à D. Comissão de Legislação e Recursos.

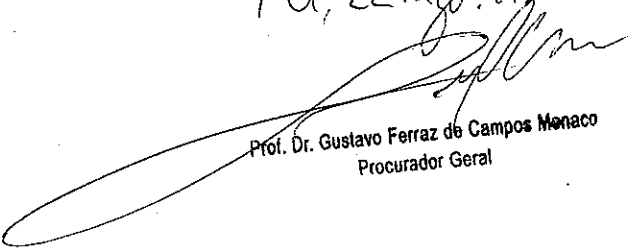
À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Procuradoria Geral, 22 de agosto de 2011.

  
JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO  
Procuradora

*Acordo o Parecer.  
À Secretaria Geral  
para inclusão dos autos  
na pauta da d-CLR.*

*7G, 22.ago.11*

  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco  
Procurador Geral



**Processo: 2000.1.444.45.8**  
**Interessado: Instituto de Matemática e Estatística**  
**Assunto: Regimento Interno do IME**

Senhor Presidente da CLR,

Chegam os autos a esta Comissão com versão aprimorada da proposta de mudança do Regimento Interno do Instituto de Matemática e Estatística que foi apreciada pela CLR em 9 de novembro de 2009. Aquela primeira versão propunha alterar os artigos 16, 20 - inciso III, 37-40, 50 - parágrafo único e 52 do Regimento. As modificações relativas aos arts. 16 e 20, que transferiam para a Comissão de Pesquisa da Unidade a coordenação das atividades de iniciação científica, ao art. 50, que ofereciam mais liberdade para a Congregação fixar as datas das eleições de membros de colegiados, e ao art. 52, que alterava a denominação do periódico científico mantido pelo IME, foram aprovadas. Na mesma ocasião, no entanto, a CLR manifestou preocupação com a alteração dos artigos 37-40, em particular com a possibilidade de realização de uma prova baseada em avaliação de projeto de pesquisa. Na sequência, na Reunião do Conselho Universitário realizada em 17 de novembro de 2009, o atual Diretor do IME solicitou retirada de pauta da matéria, pedido que foi atendido.

Na sequência, a proposta de alteração do Regimento Interno foi discutida novamente pela Congregação da Unidade, e uma segunda redação foi apreciada pela Consultoria Jurídica, que emitiu o parecer a fls. 1163-1165. Com base nesse parecer foi elaborada a versão reproduzida a fls. 1170-1173, a qual foi aprovada pela Congregação. Essa versão chega agora à CLR, acompanhada de parecer favorável da Procuradoria Geral, a fls. 1176-1177.

A proposta compreende as seguintes mudanças:

**Art. 2º, inciso V** - inclui o Centro de Competência em Software Livre entre os Centros que, junto com os Departamentos, constituem o IME;

**Arts. 16 e 20, inciso III** - atribuem à Comissão de Pesquisa a coordenação das atividades de iniciação científica, até aqui a cargo de uma comissão especial;

**Art. 24, inciso VI** - inclui o Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional no rol dos cursos sob a responsabilidade do IME;

**Art. 36A** - deixa a cargo da Congregação definir o prazo em que serão aceitas inscrições para cada concurso de ingresso na carreira docente, entre 30 e 90 dias;

**Art. 37** - altera os pesos das provas que compõe o concurso de ingresso e permite que a Congregação escolha a modalidade de uma das provas, a qual poderá ser *escrita* ou *apresentação de projeto de pesquisa*. O art. 37A remete às normas para realização da prova escrita definidas no Regimento Geral da USP, enquanto o art. 37B estabelece as normas que regulamentam a prova de apresentação de projeto de pesquisa, em particular definindo os critérios de avaliação.


**Art. 50, parágrafo único** - deixa a cargo da Congregação a escolha das datas em que serão realizadas eleições de membros dos colegiados.

**Art. 52** - altera a denominação do periódico científico mantido pelo IME.

As alterações nos arts. 2º e 24 apenas atualizam o Regimento Interno frente a mudanças que a Unidade já adotou, em sua esfera de competência, e as alterações nos arts. 16, 20, 50 e 52 já foram aprovadas pela CLR, como explicado acima. O novo art. 36A está alinhado com a interpretação do artigo 132 do Regimento Geral aprovada na reunião da CLR de 30 de novembro de 2010. E a nova redação proposta para o art. 37 elimina a indefinição que motivou o parecer negativo de 2009. Mais especificamente, os critérios de avaliação no art. 37B espelham os enunciados no §5º do art. 52 do Regimento Interno do Instituto de Física, já ratificado pelo Conselho Universitário, e podem portanto ser aprovados pela CLR.

Em resumo, as modificações propostas pela Congregação do IME modernizam o Regimento Interno da Unidade e merecem ser discutidas pelo Conselho Universitário. Recomendo aprovação e submeto meu parecer à apreciação da CLR.

São Carlos, 16 de setembro de 2011

  
Luiz Nunes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

FLS. N.º \_\_\_\_\_

Proc. N.º \_\_\_\_\_

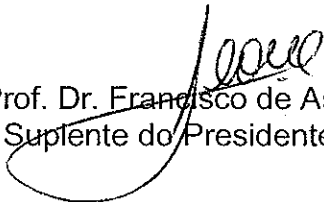
Rub. \_\_\_\_\_

**Processo:** 2000.1.444.45.8

**Interessado:** INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

A CLR, em sessão realizada em 21 de setembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações dos artigos 2º, 16, 20, 24, 37 e 52, parágrafo único do artigo 50 e a criação dos artigos 36-A, 37-A e 37-B, do Regimento do Instituto de Matemática e Estatística.

São Paulo, 21 de setembro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Suplente do Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 21 de setembro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



Secretaria Geral

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2012.**

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Matemática e Estatística.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ 2012, baixa a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – Fica incluído o inciso V no art. 2º do Regimento do Instituto de Matemática e Estatística, baixado pela Resolução nº 4127, de 31 de outubro de 1994, com a seguinte redação:

“V – Centro de Competência em Software Livre (CCSL).”

**Artigo 2º** - O art. 16 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 16 – À CPq, obedecida a orientação geral dos Colegiados Superiores, cabe estimular a investigação científica, colaborando com a CPG na elaboração das atividades de pós-graduação, quando solicitada, e coordenar as atividades de iniciação científica.” (NR)

**Artigo 3º** - Fica suprimido o inciso III do art. 20.

“Artigo 20 - ...

III – suprimido;

...”

**Artigo 4º** - Fica incluído o inciso VI no art. 24, com a seguinte redação:

“VI – Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada e Computacional.”

**Artigo 5º** - Fica incluído o art. 36-A, com a seguinte redação:

“Artigo 36-A – As inscrições para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor poderão ser abertas pelo prazo de trinta a noventa dias, devendo ser definido, caso a caso, pela Congregação, por proposta dos Departamentos.”





Secretaria Geral

**Artigo 6º** - O art. 37 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 37 – De acordo com o artigo 135 do Regimento Geral da USP, as provas para os concursos para provimento de cargos de Professor Doutor são as seguintes, com os respectivos pesos: (NR)

- I – julgamento do memorial com prova pública de arguição (peso 50);
- II - prova didática – (peso 25);
- III – outra prova (peso 25).

Parágrafo único – A escolha da outra prova será feita pela Congregação, por proposta do Departamento, dentre as modalidades abaixo, e deverá constar do edital do concurso:

- I – escrita;
- II – apresentação de projeto de pesquisa.”

**Artigo 7º** - Fica incluído o art. 37-A, com a seguinte redação:

“Artigo 37-A – Caso a prova referida no artigo 37 deste Regimento seja escrita, aplicam-se as normas do artigo 139 do Regimento Geral da USP.”

**Artigo 8º** - Fica incluído o art. 37-B, com a seguinte redação:

“Artigo 37-B – Caso a prova referida no artigo 37 deste Regimento seja a apresentação de projeto de pesquisa na área do concurso, constará a mesma de arguição sobre o referido projeto e deverá analisar objetivamente:

- I – adequação às linhas de pesquisa de interesse do Departamento;
- II – enquadramento à área de atuação do Departamento;
- III – originalidade e relevância;
- IV – viabilidade à luz da infra-estrutura existente na Unidade.

§ 1º - O candidato disporá de dez a vinte minutos para a apresentação oral de seu projeto de pesquisa.

§ 2º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo de resposta.

§ 3º - Finda a arguição, cada examinador lançará a nota em impresso próprio, levando em conta os objetivos mencionados no *caput* deste artigo.”



Secretaria Geral

**Artigo 9º** - O parágrafo único do art. 50 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 50 - ...

Parágrafo único - As eleições a que se refere o *caput* deste artigo serão realizadas em dia útil, definido pela Congregação, da segunda quinzena dos meses de abril e setembro de cada ano." (NR)

**Artigo 10** – O art. 52 passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 52 - O IME manterá um periódico científico, denominado "São Paulo Journal of Mathematical Sciences" (formerly "Resenhas")." (NR)

**Artigo 11** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 2000.1.444.45.8)

Reitoria da Universidade de São Paulo,                      de                      de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral

**3. PROCESSO 72.1.22395.1.0 – FACULDADE DE MEDICINA  
VETERINÁRIA E ZOOTECNIA**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
2011.1.1866.10.1

412  
Fls. 1  
mb

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

Of.SAC. nº227/FMVZ/2011

São Paulo, 21 de junho de 2011.

Ao senhor  
Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho  
Presidente da Comissão de Legislação e Recursos da USP

Assunto: Inclusão do item XV no Regimento Interno da FMVZ/USP.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para apreciação da Comissão de Legislação e Recursos da USP, solicitação da Associação dos Ex-Alunos da FMVZ/USP aprovada pela Congregação, por unanimidade de votos, em sessão de 15 de junho de 2011, de inclusão do inciso XV no Capítulo VII, Seção I, do artigo 8º do Regimento Interno desta Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, conforme sugestão, abaixo:

XV – Um representante dos antigos alunos de graduação, externo à Universidade de São Paulo, eleito por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Atenciosamente,

José Antonio Visintin  
Diretor

c/c: Associação dos Ex-Alunos da FMVZ/USP.



FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS



São Paulo, 27 de maio de 2011

Prof Dr José Antonio Visintin  
Diretor da FMVZ USP

A CONGREGAÇÃO  
SP, 27/5/11  
Faculdade de Med. Veterinária e Zootecnia  
José Antonio Visintin  
Diretor

Senhor Diretor,

Consultamos V.Sa. sobre a possibilidade de inclusão, dentre os membros com assento na Douta Congregação desta Faculdade, um representante dos antigos alunos de graduação, indicado pela AEXAFMVZ/USP. Essa solicitação é embasada no artigo 45 do Estatuto da Universidade de São Paulo que prevê:

X - a critério de cada Unidade, um representante dos antigos alunos de graduação, eleito por seus pares, com mandato de um ano, admitindo-se uma recondução.

Essa categoria de representação é adotada por várias Unidades desta Universidade, como, por exemplo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), Escola de Comunicações e Artes (ECA), Escola Politécnica (EP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAE), Faculdade de Saúde Pública (FSP), Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), dentre outras.

Essa solicitação tem por objetivo contribuir com nossa Faculdade, participando ativamente das relevantes discussões, em particular, sobre a promoção e estímulo à formação técnico-científica e o aperfeiçoamento do profissional forjado em seus bancos escolares.

Atenciosamente

  
José Felix Daud  
Presidente da AEXAFMVZ USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2

*Faculdade de Direito*  
*Largo de São Francisco*

Proc. 72.1.22395.1.0

Int. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

O ilustre Professor José Antonio Visintin, dd. Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, submete a esta Comissão de Legislação e Recursos proposta de alteração do Regimento Interno daquela Unidade, visando à inclusão do inciso XV, no seu art. 8º, para prever, na composição da Congregação, a representação dos antigos alunos de graduação.

A proposta foi aprovada pela douta Congregação, por unanimidade, em sessão de 15 de junho de 2011, e encontra expresso amparo no art. 45, X, do Estatuto desta Universidade.

Sendo assim, o meu parecer é favorável à inclusão pretendida, submetendo-se à apreciação do E. Conselho Universitário.

São Paulo, 19 de setembro de 2011.

Antonio Magalhães Gomes Filho

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
REITORIA**

**INFORMAÇÃO Nº** \_\_\_\_\_

FLS. N.º \_\_\_\_\_

Proc. N.º \_\_\_\_\_

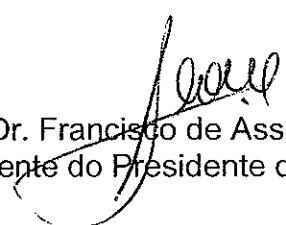
Rub. \_\_\_\_\_

**Processo:** 72.1.22395.1.0

**Interessado:** FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

A CLR, em sessão realizada em 21 de setembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à solicitação de inclusão de um representante dos antigos alunos de graduação, externo à USP, na composição da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

São Paulo, 21 de setembro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Suplente do Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 21 de setembro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



Secretaria Geral

3

**RESOLUÇÃO Nº                   , DE                   DE                   DE 2012.**

Altera dispositivo do Regimento da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em                   2012, baixa a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – O art. 8º do Regimento da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, baixado pela Resolução nº 5870, de 27 de setembro de 2010, fica acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:

“Artigo 8º - ...

XV – um representante dos antigos alunos de graduação, externo à Universidade de São Paulo, eleito por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução.”

**Artigo 2º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** – Ficam revogadas as disposições em contrário. (Proc. 72.1.22395.1.0)

Reitoria da Universidade de São Paulo,                   de                   de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral



**4. PROCESSO 94.1.37.55.4 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO**



ATAc/228/09  
JCM/finom.-

1

São Carlos, 29 de junho de 2009.

Ilma. Sra.  
Prof. Dra. **MARIA FIDELA LIMA NAVARRO**  
Secretária Geral da  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – SP

Senhora Secretária Geral,

Encaminho abaixo, para apreciação da Comissão de Legislação e Recursos da USP, as alterações propostas para o **Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação**, que passou a ter a seguinte redação:

---

#### Capítulo I

##### Da Constituição

Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído dos seguintes Departamentos e Centro:

- I. Departamento de Matemática (SMA);
- II. Departamento de Ciências de Computação (SCC);  
(Inciso alterado pela Resolução nº 5214/2005)
- III. Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (SME).  
(Inciso acrescido pela Resolução nº 5214/2005)
- IV. Departamento de Sistemas de Computação (SSC).  
(Inciso acrescido pela Resolução nº 5343/2006)

##### Centro:

- I. Centro de Competência em Software Livre do ICMC (CCSL-ICMC). (INCLUÍDO)

*Parágrafo único* - Os Departamentos e o Centro terão seus próprios Regimentos.

---

#### Capítulo VIII

##### Da Comissão de Graduação - CG

Artigo 13 - À Comissão de Graduação, obedecida a orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos político pedagógicos dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos. (ALTERADO)

Artigo 14 - A CG será constituída de membros docentes portadores, no mínimo, do título de mestre e da representação discente da seguinte forma:

- I. os Coordenadores das CoCs dos cursos de Graduação sob a responsabilidade exclusiva do ICMC; (ALTERADO).
- II. os Coordenadores, junto ao ICMC, dos cursos de Graduação Interunidades. (ALTERADO).
- III. um docente do ICMC eleito pela Congregação;
- IV. a representação discente, eleita por seus pares, observada a proporção mínima prevista nas normas da USP.

§ 1º - Mantido.

§ 2º - Mantido.



§ 3º - Mantido.

Artigo 15 - A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão disciplinadas no Regimento da CG e nos Regimentos das CoCs. (ALTERADO).

Artigo 16 - mantido.

Parágrafo único - Os mandatos do Presidente e de seu Suplente serão de dois anos, limitados ao término de seus mandatos como membros da CG, permitida a recondução. (ALTERADO).

## CAPÍTULO IX

### DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG

Artigo 17 - Mantido.

Artigo 18 - A CPG será constituída por docentes do ICMC, assim distribuídos: os Coordenadores dos programas, como membros natos; dois orientadores de cada programa do ICMC, eleitos pelo corpo de orientadores e seus respectivos suplentes, e representante discente e seu suplente, de acordo com o artigo 33, inciso 8, do Regimento da Pós-Graduação. (ALTERADO).

Artigo 19 - A Comissão Coordenadora de Programa do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional (CCP-CCMC) do ICMC-USP é composta por 05 (cinco) membros titulares, correspondendo ao coordenador do programa, o suplente da coordenação e mais dois membros, eleitos pelo corpo de orientadores credenciados, seus respectivos suplentes e 01 (um) representante discente e seu suplente. (ALTERADO).

Artigo 20 - A Comissão Coordenadora de Programa do Programa de Pós-Graduação em Matemática (CCP-M) do ICMC-USP (PPG-M) é composta por 06 (seis) membros titulares, correspondendo ao coordenador do programa, o suplente da coordenação e mais (03) três membros, eleitos pelo corpo de orientadores credenciados, seus respectivos suplentes e 1 (um) representante discente e seu suplente. (ALTERADO).

## Capítulo XX

### Disposições Gerais

Artigo 52 - Mantido.

Artigo 53 - Mantido

Artigo 54 - Em todos os colegiados, havendo vacância do membro titular o suplente completará o mandato. (INCLUÍDO)

Parágrafo único - Na vacância do titular e suplente serão eleitos novos membros para completar o mandato em curso, exceto quando legislação específica dispuser de forma contrária. (INCLUÍDO).

Informo que as alterações acima foram aprovadas pela Congregação do ICMC em sessões de 13.02 e 26.06.2009.

Coloco-me à disposição para outros esclarecimentos e aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria meus protestos de distinta consideração.

  
Prof. Dr. José Carlos Maldonado  
Vice-Diretor em exercício



## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CJ. P. 2278/10 - RUSP

RL/

**PROCESSO Nº:** 94.1.37.55.4**INTERESSADO:** Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação**ASSUNTO:** Alteração do Regimento Interno da Unidade. Análise jurídico-formal.

## P A R E C E R

Senhor Procurador Chefe,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (fls. 589/590), aprovada pela Congregação da Unidade nas sessões de 13 de fevereiro e 26 de junho de 2009 (fls. 590).

De modo geral, as alterações propostas referem-se: à criação do Centro de Competência em Software Livre – CCSL, à composição e atribuição da Comissão de Graduação, à desvinculação da Comissão de Graduação do exercício das atribuições das Comissões Coordenadoras de Cursos (CoCs), ao mandato do Presidente da Comissão de Graduação, à composição da Comissão de Pós-Graduação, à criação e composição das Comissões Coordenadoras de Programas de Pós-Graduação e à sucessão, em caso de vacância, do membro titular e suplente nos órgãos colegiados.



Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

O quadro sinótico abaixo apresenta uma comparação, entre o atual Regimento e a presente proposta de alteração, bem como oferece sugestões, quando pertinentes.

Regimento atual	Proposta de alteração	Sugestão
Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos (ICMSC) é constituído dos seguintes Departamentos:	Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído dos seguintes Departamentos e Centro:	Artigo 1º - (...)¹
I - (...);	I. (...);	I - (...)²;
II - (...);	II. (...);	II - (...);
II - (...);	III. (...);	III - (...);
III - (...);	IV. (...).	IV - (...); e³
IV - (...).	Centro:	
	I. Centro de Competência em Software Livre do ICMC (CCSL-ICMC).	V - Centro de Competência em Software Livre - CCSL.
Parágrafo único - Os Departamentos terão seus próprios Regimentos.	Parágrafo único - Os Departamentos e o Centro terão seus próprios Regimentos.	Parágrafo único⁴ - (...)
Artigo 13 - À Comissão de Graduação, obedecida a orientação	Artigo 13 - À Comissão de Graduação, obedecida a orientação	Artigo 13 - À Comissão de Graduação, obedecida a orientação

¹ Redação conforme a Lei estadual nº 863/99, embora entenda aplicável a LC 95/98.

² Os incisos devem ser indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, o qual é separado do algarismo e do texto por um espaço em branco. O texto do inciso deve ser iniciado com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, e deve terminar com: a) ponto-e-vírgula; b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas; ou c) ponto, caso seja o último.

³ Recomendamos a supressão da expressão "Centro" entre os incisos IV e V do art. 1º.

⁴ A expressão "Parágrafo único" não deve ser destacada do texto. Recomendamos não a formatar em itálico.



geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar as diretrizes e zelar pela execução dos programas de ensino, bem como propor à Congregação modificações na estrutura curricular dos cursos, ouvidos os Departamentos <sup>5</sup> .	geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos. <sup>6</sup>	geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos <b>político-pedagógicos</b> dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos.
Artigo 14 – A CG será constituída de membros docentes portadores, no mínimo, do título de mestre e da representação de discentes da seguinte forma:  I - os Coordenadores dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC;  II - um docente do ICMC, eleito pela Congregação;  III - um docente eleito pelo IFSC;  IV - representação	Artigo 14 - A CG será constituída de membros docentes portadores, no mínimo, do título de mestre <sup>8</sup> e da representação discente da seguinte forma:  I. os Coordenadores das CoCs dos cursos de Graduação sob a responsabilidade exclusiva do ICMC;  II. os Coordenadores, junto ao ICMC, dos cursos de Graduação Interunidades.  III. um docente do ICMC eleito pela Congregação;  IV. (...)	Artigo 14 – (...)  I – <sup>9</sup> os Coordenadores das <b>Comissões Coordenadoras</b> dos <b>Cursos</b> <sup>10</sup> de Graduação sob a responsabilidade exclusiva do ICMC;  II – os Coordenadores, junto ao ICMC, dos <b>Cursos</b> de Graduação Interunidades;  III – um docente do ICMC eleito pela Congregação; e  IV – (...)

<sup>5</sup> Este dispositivo reproduz, em síntese, os incisos I e III do art. 2º da Resolução CoG nº 3741/90.

<sup>6</sup> Não há previsão expressa na Resolução CoG nº 3741/90 sobre projetos político-pedagógicos. No entanto, com fundamento no inciso XIII do art. 2º da mencionada Resolução, nada obsta, sob o prisma jurídico-formal, que o Regimento preveja essa competência.

<sup>7</sup> Cf. §3º do art. 1º da Resolução CoG nº 3741/90.

<sup>8</sup> Cf. §1º do art. 48 do Estatuto.

<sup>9</sup> Ver nota 2.

<sup>10</sup> Sugestão que visa contribuir com a clareza do texto.



discente, eleita por seus pares, observada a proporção mínima prevista nas normas da USP <sup>7</sup> .		
§ 1º - (...)	§ 1º (...)	§ 1º (...)
Artigo 15 - A CG exercerá as atribuições das Comissões de Coordenação de Cursos deste Instituto.	Artigo 15 - A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão disciplinadas no Regimento da CG e nos Regimentos das CoCs.	Artigo 15 - A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão <b>disciplinadas</b> no Regimento da CG e nos Regimentos das CoCs.
Artigo 16 - A CG terá um Presidente e um Suplente eleitos por seus membros, respeitando-se o disposto no art. 45, §§6º e 7º do Estatuto.	Artigo 16 - (...)	
Parágrafo único - Os mandatos do Presidente e de seu Suplente serão de dois anos, permitida a recondução.	Parágrafo único - Os mandatos do Presidente e de seu Suplente <sup>11</sup> serão de dois anos, limitados ao término de seus mandatos como membros da CG, permitida a recondução.	<i>Manter.</i>
Artigo 18 - A CPG será constituída de quatro	Artigo 18 - A CPG será constituída por docentes	<b>Artigo 18 - A CPG será constituída por:</b> <sup>12</sup>

<sup>11</sup> Pode ser grafado em minúscula.

<sup>12</sup> Cf. art. 33 do Regimento da Pós-Graduação - Resolução nº 5473/2008: A CPG deve contar, no mínimo, com cinco docentes dentre os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação a ela vinculados.

§ 1º - O número máximo de membros da CPG deverá ser regulamentado pela Unidade, observado o disposto no caput deste artigo e respeitando-se a proporcionalidade de Programas a ela vinculados.

(...)

§ 3º - Quando o número de Programas for inferior ao estabelecido no *caput*, serão eleitos orientadores credenciados nos Programas e vinculados à Unidade para completar o quadro docente da CPG, titulares e suplentes, respeitando a proporcionalidade dos Programas de Pós-Graduação existentes.

(...)

§ 7º - Em caráter excepcional, o CoPGP poderá autorizar a composição de CPG com menos de cinco membros, devendo a proposta ser justificada.



<p>docentes deste Instituto, sendo dois orientadores credenciados de cada área, em efetivo exercício, eleitos pelos respectivos corpos de orientadores, com mandato de três anos, permitida a recondução.</p> <p>§ 1º - Integra, ainda, a CPG um aluno regularmente matriculado em programa de pós-graduação do ICMSC, eleito por seus pares.</p> <p>§ 2º - Cada membro terá um suplente escolhido da mesma forma que o titular.</p> <p>§ 3º - A representação docente será renovada anualmente pelo terço.</p> <p>§ 4º - O representante discente terá mandato de um ano, permitida a recondução.</p>	<p>do ICMC, assim distribuídos: os Coordenadores dos programas, como membros natos; dois orientadores de cada programa do ICMC, eleitos pelo corpo de orientadores e seus respectivos suplentes, e representante discente e seu suplente, de acordo com o artigo 33, inciso 8, do Regimento da Pós-Graduação.</p>	<p>I – todos os Coordenadores dos Programas, como membros natos;</p> <p>II – dois orientadores de cada programa do ICMC<sup>13</sup>, eleitos pelo corpo de orientadores; e</p> <p>III – representantes discentes, eleitos pelos alunos regularmente matriculados em Programa de Pós-Graduação da Unidade dentre seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da Comissão, sendo no mínimo um discente com mandato de um ano, permitida uma recondução<sup>14</sup>.</p> <p>§1º O Presidente e seu suplente serão, no mínimo, Professores Associados, eleitos pelos membros da CPG, para mandato de dois anos, permitida a recondução<sup>15</sup>.</p> <p>§2º O mandato dos membros docentes</p>
--	---	--

<sup>13</sup> O suplente é referido no §3º deste artigo.

<sup>14</sup> Cf. §8º do art. 33 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.

<sup>15</sup> Cf. art. 34, *caput*, §§ 1º e 3º, do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.

<sup>16</sup> Cf. §2º do art. 33 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.





		<p>será de dois anos, permitida a recondução<sup>16</sup>.</p> <p>§3º Cada membro terá um suplente escolhido da mesma forma que o titular.</p>
<p>Artigo 19 - A CPG terá um Presidente e um Suplente eleitos por seus membros, respeitando-se o disposto no art. 45, §§6º e 7º do Estatuto.</p> <p>Parágrafo único - Os mandatos do Presidente e de seu Suplente serão de dois anos, permitida a recondução.</p>	<p>Artigo 19 - A Comissão Coordenadora de Programa do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional (CCP-CCMC) do ICMC-USP é composta por 05 (cinco) membros titulares, correspondendo ao coordenador do programa, o suplente da coordenação e mais dois membros, eleitos pelo corpo de orientadores credenciados, seus respectivos suplentes e 01 (um) representante discente e seu suplente.</p>	<p>Artigo 19 - A Comissão Coordenadora de Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional (CCP-CCMC) é composta por:</p> <p>I – Coordenador do Programa, eleito pelos orientadores credenciados no Programa de Pós-Graduação, com mandato de dois anos, permitida a recondução<sup>17</sup>;</p> <p>II – dois orientadores credenciados no Programa, eleitos pelos seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução<sup>18</sup>; e</p> <p>III – representantes discentes, eleitos pelos alunos regularmente matriculados no Programa dentre seus pares, em número</p>

<sup>17</sup> Cf. §2º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.

<sup>18</sup> §1º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.



		<p>correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CCP-CCMC, sendo no mínimo um discente, com mandato de um ano, permitida uma recondução<sup>19</sup>.</p> <p>Parágrafo único. Cada membro terá um suplente escolhido da mesma forma que o titular.</p>
<p><b>CAPÍTULO X DA COMISSÃO DE PESQUISA</b></p> <p>Artigo 20 - À Comissão de Pesquisa cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas de pesquisa no âmbito do ICMSC, obedecida a orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores.</p>	<p><b>CAPÍTULO IX DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG</b></p> <p>(...)</p> <p>Artigo 20 - A Comissão Coordenadora de Programa do Programa de Pós-Graduação em Matemática (CCP-M) do ICMC-USP (PPG-M) é composta por 06 (seis) membros titulares, correspondendo ao coordenador do programa, o suplente da coordenação e mais (03) três membros, eleitos pelo corpo de orientadores credenciados, seus respectivos suplentes e 1 (um) representante discente e seu suplente.</p>	<p><b>CAPÍTULO IX DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - CPG</b></p> <p>(...)</p> <p>Artigo 20 - A Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Matemática (CCP-M) é composta por:</p> <p>I - Coordenador do Programa, eleito pelos orientadores credenciados no Programa de Pós-Graduação, com mandato de dois anos, permitida a recondução<sup>20</sup>;</p> <p>II - três orientadores credenciados no Programa, eleitos pelos seus pares, com mandato de dois anos,</p>

<sup>19</sup> §3º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.

<sup>20</sup> Cf. §2º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.



		<p>permitida recondução<sup>21</sup>; e a</p> <p>III – representantes discentes, eleitos pelos alunos regularmente matriculados no Programa dentre seus pares, em número correspondente a vinte por cento do total de docentes membros da CCP-M, sendo no mínimo um discente, com mandato de um ano, permitida uma recondução<sup>22</sup>.</p> <p>Parágrafo único. Cada membro terá um suplente escolhido da mesma forma que o titular.</p>
<i>Sem correspondente.</i>	<p>Artigo 54 – Em todos os colegiados, havendo vacância do membro titular o suplente completará o mandato.</p> <p>Parágrafo único – Na vacância do titular e suplente serão eleitos novos membros para completar o mandato em curso, exceto quando legislação específica dispuser de forma contrária.</p>	<p>Artigo 54 – Em todos os colegiados, havendo vacância do representante titular de categoria, o suplente completará o mandato.</p> <p>Parágrafo único – (...)</p>

<sup>21</sup> §1º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.

<sup>22</sup> §3º do art. 37 do Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473/2008.



Observamos que as alterações propostas estão de acordo com as normas estatutárias e regimentais, especialmente com o novo Regimento da Pós-Graduação – Resolução nº 5473, 16 de setembro de 2008.

As sugestões oferecidas visam, de modo geral, à adequação do conteúdo normativo à forma de redação legislativa.

Do exposto, com as sugestões apresentadas no quadro sinótico comparativo acima, recomendamos ao Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos reapreciar a presente proposta de alteração do seu Regimento.

É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos à SG.

Consultoria Jurídica, 10 de setembro de 2010.

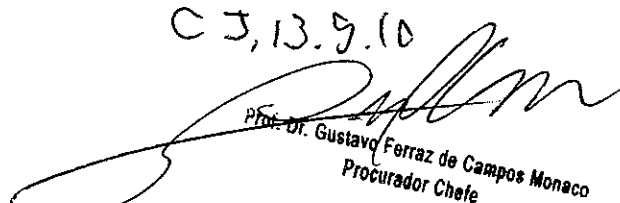
  
REGIS LATTOUF  
Advogado

*De acordo.*  
*CJ, 10 de setembro de 2010.*

  
Jocélia de Almeida Castilho  
Procuradora Subchefe

*Acordo Parecer.*  
*Co ICMC.*

*CJ, 13.9.10*

  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco  
Procurador Chefe

601

ATAc/384/11  
JCM/fmom.-

São Carlos, 29 de agosto de 2011.

Exmo. Sr.  
Prof. Dr. **GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO**  
Procurador Chefe da  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – SP

Prezado Dr. Gustavo,

Em atendimento ao solicitado às folhas 600 do presente processo, informo a Vossa Excelência que a Congregação do ICMC, analisou as sugestões encaminhadas pela Procuradoria Geral da USP, referente às alterações no Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, deliberando:

<p>Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído dos seguintes Departamentos e Centro:</p> <p>I. (...); II. (...); III. (...); IV. (...).</p> <p>Centro:</p> <p>I. Centro de Competência em Software Livre do ICMC (CCSL-ICMC).</p> <p><i>Parágrafo único</i> – Os Departamentos e o Centro terão seus próprios Regimentos</p>	<p>Artigo 1º - (...)</p> <p>I - (...); II - (...); III - (...); IV - (...); e V - Centro de Competência em Software Livre – CCSL.</p> <p>Parágrafo único - (...)</p>	<p>Incisos indicados por algarismos romanos são seguidos de hífen, separados do texto por um espaço em branco. Termina com: a) ponto e vírgula; b) dois pontos, quando se desdobra em alíneas; ou c) ponto, caso seja o último.</p> <p>Supressão da expressão "Centro" entre os incisos IV e V do artigo 1º.</p> <p>Tirar o formato itálico na expressão "Parágrafo único".</p> <p><b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b></p>
<p>Artigo 13 – A Comissão de Graduação, obedecida à orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos político pedagógicos dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos.</p>	<p>Artigo 13 – A Comissão de Graduação, obedecida à orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos.</p>	<p>Inserção do hífen na palavra "político-pedagógicos".</p> <p><b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b></p>
<p>Artigo 14 – A CG será constituída de membros docentes portadores, no mínimo, do título de mestre e da representação discente da seguinte forma:</p> <p>I. os Coordenadores das CoCs dos cursos de Graduação sob a responsabilidade exclusiva do ICMC;</p>	<p>Artigo 14 - (...)</p> <p>I – os Coordenadores das <b>Comissões Coordenadoras dos Cursos</b> de Graduação sob a responsabilidade</p>	<p>Para tornar o texto mais claro escrever a expressão "CoC" por extenso, Comissão Coordenadora de Curso.</p> <p>Inserção da vogal "e"</p>

II. os Coordenadores, junto ao ICMC, dos cursos de Graduação Interunidades. III. um docente do ICMC eleito pela Congregação; IV. (...) § 1º (...)	exclusiva do ICMC; II – os Coordenadores, junto ao ICMC, dos <b>Cursos</b> de Graduação Interunidades; III – um docente do ICMC eleito pela Congregação; e IV – (...) § 1º (...)	<b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b>
Artigo 15 – A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão disciplinas no regimento da CG e nos Regimentos das CoCs.	Artigo 15 – A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão <b>disciplinadas</b> no regimento da CG e nos Regimentos das CoCs.	Correção da palavra "disciplinas" para "disciplinadas"  <b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b>
Artigo 16 – (...)  Parágrafo único – Os mandatos do Presidente e de seu Suplente serão de dois anos, limitados ao término de seus mandatos como membros da CG, permitida a recondução.	Artigo 16 – (...)  Parágrafo único – Os mandatos do <b>presidente</b> e de seu <b>suplente</b> serão de dois anos, limitados ao término de seus mandatos como membros da CG, permitida a recondução.	As palavras presidente e suplente do presidente podem ser grafadas em minúsculo.  <b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b>
Artigo 54 – Em todos os colegiados, havendo vacância do membro titular o suplente completará o mandato.  Parágrafo único – Na vacância do titular e suplente serão eleitos novos membros para completar o mandato em curso, exceto quando legislação específica dispuser de forma contrária.	Artigo 54 – Em todos os colegiados, havendo vacância do <b>representante</b> titular de <b>categoria</b> , o suplente completará o mandato.  Parágrafo único – (...)	Inclusão das palavras "representante" e "categoria".  <b>SUGESTÃO ACATADA PELO ICMC</b>

Com relação às alterações referentes à Comissão de Pós-Graduação, aguardamos manifestação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação que implicará mudanças no Regimento.

Além das mudanças acima relacionadas, a Congregação aprovou também a seguinte alteração do Regimento do ICMC:

**Texto atual:**

*Artigo 46 – O ICMC, através do SCC, oferecerá a "Ênfase em Computação Eletrônica" para cursos de graduação nas Unidades da USP, do Campus de São Carlos.*

**Texto Proposto:**

*Artigo 46 – O ICMC poderá oferecer Ênfases para os cursos de graduação das Unidades da USP do Campus de São Carlos.*

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de distinta consideração.

  
**José Carlos Maldonado**  
Diretor

605

Mensagens Compor Pastas Busca Correio dinâmico Contatos Opções Abrir Pasta Mensagens

Problema Ajuda Sair

Situação da Quota: 16,03 MB / 100,00 MB (16,03%)

**Mensagens: Alteração no Regimento do ICMC (1 de 2)**

Marcar como: Mover Copiar Esta mensagem para Retornar para Mensagens

Excluir Responder Encaminhar Redirecionar Ver Discussão Recusar Remetente Admitir Remetente

Código Fonte Salvar como Imprimir Cabeçalhos

**Data:** Mon, 19 Sep 2011 09:40:01 -0300 [09:40:01 BRT]**De:** Assistência Acadêmica - Fernanda Magro <sacadem@icmc.usp.br>**Para:** sgclr@usp.br**Cc:** sacadem@icmc.usp.br**Assunto:** Alteração no Regimento do ICMC

Prezada Eliane,

Conforme solicitado, informo que as sugestões de alterações para o Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) propostas pela PG-USP foram aprovadas pela Congregação do ICMC em sessão de **26.08.2011** e as alterações propostas para o artigo 46 do referido Regimento foram aprovadas em sessão de **03.12.2010**.

Fico à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fernanda Magro  
Assistente Acadêmico ICMC

Excluir Responder Encaminhar Redirecionar Ver Discussão Recusar Remetente Admitir Remetente

Código Fonte Salvar como Imprimir Cabeçalhos

Marcar como: Mover Copiar Esta mensagem para Retornar para Mensagens



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

8

602

PG. P. 2608/11 - RUSP  
RL/

**AUTOS USP nº:** 94.1.37.55.4

**INTERESSADO:** Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos

**ASSUNTO:** Proposta de alteração do Regimento Interno. Parecer CJ. P. 2278/10. Análise jurídico-formal. Continuação.

**P A R E C E R**

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento Interno do Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos, reapreciada e aprovada pela Congregação (fls. 601/602).

A Unidade acolheu as sugestões formuladas por esta Procuradoria, Parecer CJ. P 2278/10 (fls. 592/600), em relação aos artigos 1º, 13, 14, 15, 16 e 54, bem como aprovou proposta de alteração do artigo 46 do atual Regimento.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Inicialmente, observamos que, em respeito à decisão da Congregação, os artigos 18, 19 e 20 do Regimento Interno permanecem com a atual redação, visto que a Unidade aguarda a manifestação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação sobre a matéria tratada nos mencionados dispositivos.

A proposta de redação do artigo 46 foi aprovada pela Congregação nos seguintes termos:





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

604  
64

Redação atual:

"Artigo 46 - O ICMC [sic],<sup>1</sup> através do SCC [sic],<sup>2</sup> oferecerá a "Ênfase em Computação Eletrônica" para cursos de graduação das Unidades da USP, do *Campus* de São Carlos."

Redação proposta:

"Artigo 46 - O ICMC poderá oferecer Ênfases para cursos de graduação das Unidades da USP no *Campus* de São Carlos."

Sob o aspecto jurídico-formal, a proposta de alteração do artigo 46 do atual Regimento não encontra óbice.

Assim, em cumprimento às normas universitárias, recomendamos o envio dos autos à douta Comissão de Legislação e Recursos – CLR, para que se manifeste, nos termos da aliena "a" do inciso I do artigo 12 do Regimento Geral, e após, ao Conselho Universitário – Co, para deliberação, conforme disposto no item 6 do parágrafo único do artigo 16 do Estatuto.

É o parecer.

À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos à d. CLR.

Procuradoria Geral, 8 de setembro de 2011.

**REGIS LATTOUF**  
Procurador  
Procuradoria Acadêmica

*De acordo*  
*PG, 12/09/11*  
  
**Jocéia de Almeida Castilho**  
Procuradora Chefe

*Acolho o Parecer.*  
*À SG para inclusão*  
*na pauta da d. CLR.*  
*PG, 14. set. 11*

<sup>1</sup> Consta da redação atual "ICMSC".

<sup>2</sup> Consta de redação atual "SCE". Em verdade, a sigla corresponde à antiga denominação do Departamento de Ciências da Computação e Estatística (SCE), alterada para Departamento de Ciências da Computação (SCC), por força da Resolução nº 5214/2005.

*Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco*  
Procurador Geral


**PARECER PARA A CLR****PROCESSO:94.1.37.55.4****PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
MATEMÁTICAS DE SÃO CARLOS**

Conforme solicitação, venho relatar para a CLR a proposta de alteração do regimento do Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos. As alterações propostas abrangem modificações em artigos e parágrafos que tratam de adequação do regimento do Instituto às suas necessidades atuais e ao Regimento Geral e Estatuto da universidade. Esta solicitação foi examinada pela Procuradoria Geral da USP, que recomendou algumas modificações, que já foram realizadas pela Unidade na versão atualizada agora proposta.

As modificações foram aprovadas pela Congregação da unidade e recebeu a aprovação final da Procuradoria Geral em 14 de setembro de 2011.

Após a análise do processo e verificando que o mesmo não fere as normas do Regimento Geral e Estatuto da universidade, recomendo a CLR a aprovação do referido Regimento.

São Paulo, 5 de outubro de 2011.

  
Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**REITORIA**

**INFORMAÇÃO Nº** \_\_\_\_\_

FLS. N.º \_\_\_\_\_

Proc. N.º \_\_\_\_\_

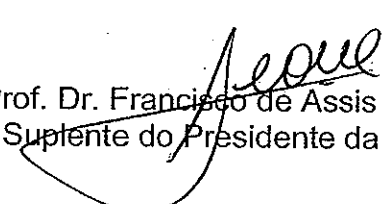
Rub. \_\_\_\_\_

**Processo:** 94.1.37.55.4

**Interessado:** INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS DE SÃO CARLOS

A CLR, em sessão realizada em 5 de outubro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos.

São Paulo, 5 de outubro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Suplente do Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 5 de outubro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



Secretaria Geral

10

## MINUTA

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2012.**

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ 2012, baixa a seguinte

### **RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – O art. 1º do Regimento do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, baixado pela Resolução nº 4118, de 28 de setembro de 1994, alterado pelas Resoluções nºs 4647/99, 5214/05 e 5343/06 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) é constituído dos seguintes Departamentos e Centro: (NR)

- I - Departamento de Matemática (SMA);
- II - Departamento de Ciências de Computação (SCC);
- III - Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (SME);
- IV - Departamento de Sistemas de Computação (SSC);
- V – Centro de Competência em Software (CCSL).

Parágrafo único - Os Departamentos e o Centro terão seus próprios Regimentos.”

**Artigo 2º** - O art. 13 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 13 – À Comissão de Graduação, obedecida à orientação geral estabelecida pelos Colegiados Superiores, cabe traçar diretrizes e zelar pela execução dos programas determinados pelos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação sob a responsabilidade do ICMC, ouvidas as CoCs dos respectivos cursos. (NR)”

**Artigo 3º** - Ficam alterados o *caput* do art. 14 e seus incisos I, II e III com a seguinte redação:

“Artigo 14 – A CG será constituída de membros docentes portadores, no mínimo, do título de mestre e da representação discente da seguinte forma: (NR)

- I - os Coordenadores das Comissões Coordenadoras dos Cursos de Graduação sob a responsabilidade exclusiva do ICMC; (NR)



Secretaria Geral

II – os Coordenadores, junto ao ICMC, dos Cursos de Graduação Interunidades; (NR)

III - um docente do ICMC, eleito pela Congregação; (NR)”

**Artigo 4º** - O art. 15 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 15 - A constituição e as competências das Comissões Coordenadoras dos Cursos (CoCs) estão disciplinadas no regimento da CG e nos Regimentos das CoCs. (NR)”

**Artigo 5º** - O parágrafo único do art. 16 passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único – Os mandatos do presidente e de seu suplente serão de dois anos, limitados ao término de seus mandatos como membros da CG, permitida a recondução. (NR)”

**Artigo 6º** - O art. 46 passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 46 – O ICMC poderá oferecer Ênfases para cursos de graduação das Unidades da USP no *Campus* de São Carlos. (NR)”

**Artigo 7º** - Fica o Regimento do ICMC acrescido de um artigo, de número 54, do seguinte teor:

“Artigo 54 – Em todos os colegiados, havendo vacância do representante titular de categoria, o suplente completará o mandato.

Parágrafo único – Na vacância do titular e suplente serão eleitos novos membros para completar o mandato em curso, exceto quando legislação específica dispuser de forma contrária.”

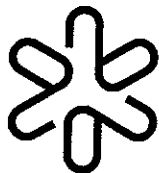
**Artigo 8º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 94.1.37.55.4)

Reitoria da Universidade de São Paulo,                      de                      de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral

## **5. PROCESSO 73.1.8166.1.8 – INSTITUTO DE FÍSICA**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE FÍSICA

*Assistência Acadêmica*

267

1

Of.DAAA/090/11

RFJ/ima

São Paulo, 29 de agosto de 2011.

Magnífico Reitor,

Encaminho a Vossa Magnificência proposta de alteração dos artigos 06 e 12 do Regimento do Instituto de Física, referentes a competência da Congregação e CTA, no que diz respeito a apreciação de convênios ou acordos entre o IFUSP e outras instituições, aprovada por maioria absoluta de votos na 456ª. Sessão da Congregação, realizada em 25/08/2011.

Na oportunidade, reitero a Vossa Magnificência os protestos de estima e consideração.

Prof. Renato de Figueiredo Jardim  
- Diretor -

Exmo. Sr.

**Prof. Dr. João Grandino Rodas**

Magnífico Reitor da

Universidade de São Paulo

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<p><b>Artigo 6º - À Congregação compete:</b></p> <p>(...)</p> <p>XXIX - aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Consultorias e Convênios, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Unidades da USP ou outras Instituições, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade;</p>	<p><b>Artigo 6º - À Congregação compete:</b></p> <p>(...)</p> <p>XXIX – (suprimir).</p>
<p><b>Artigo 12 - Ao CTA compete</b></p>	<p><b>Artigo 12 - Ao CTA compete</b></p> <p>X - aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Consultorias e Convênios, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Unidades da USP ou outras Instituições no país, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade;</p> <p>XI - aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Relações Internacionais, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Instituições internacionais, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade;</p>





**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA GERAL**

**2**

**PG. P. 2615/11**  
**JAC/**

**PROCESSO: 73.1.8166.1.8**

**INTERESSADO: INSTITUTO DE FÍSICA**

**ASSUNTO:** Proposta de alteração do Regimento de Física.

**P A R E C E R**

Senhor Procurador Geral:

Trata-se de proposta de alteração dos artigos 6º e 12 do Regimento Interno do Instituto de Física, aprovado na 456ª Sessão da Congregação, realizada em 25 de agosto de 2011 (fls. 362/363).

O que se pretende com a alteração é, em suma, transferir a competência para análise e aprovação de convênios da Congregação para o CTA.

Examinando a questão, verificamos que não existem óbices jurídicos à modificação proposta, máxime porque respeitada a regra de competência contida no artigo 39, XXIX do Regimento Geral, além de normas específicas que exigem aprovação de convênios pela Congregação (como é o caso do DINTER, por exemplo).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL

366

Diante do exposto, parece-nos que a proposta de alteração de Regimento do Instituto de Física está em condições de ser apreciada pela D. CLR.

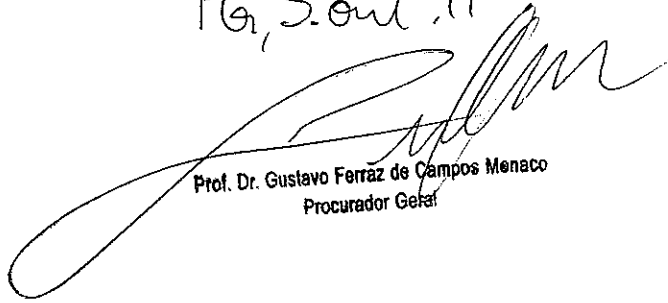
À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Procuradoria Geral, 04 de outubro de 2011.

  
JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO  
Procuradora

*Acordo o parecer.  
A Secretária Geral para  
inclusão na pauta da d. CLR.*

*PG, 5. out. 11*

  
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco  
Procurador Geral

## PARECER PARA A CLR

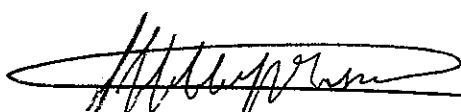
PROCESSO: 73.1.8166.1.8

## PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DO INSTITUTO DE FÍSICA

Conforme solicitação, venho relatar para a CLR a proposta de alteração do regimento do Instituto de Física. As alterações propostas abrangem modificações nos Artigos 6º e 12º do Regimento da unidade, que tratam das competências da Congregação e do Conselho Técnico-Administrativo. Esta solicitação, em suma, transfere da Congregação para o CTA a competência para a análise e aprovação de convênios. Neste sentido foi suprimido do Artigo 6º o item XXIX e no Artigo 12º, que trata da competência do CTA, foram adicionados os itens X, com a seguinte redação “ *X – aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Consultorias e Convênios, às propostas para a realização de convênios ou acordos com unidades da USP ou outras Instituições no país, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade* ” e o item XI com a redação que se segue: “ *XI – aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Relações Internacionais, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Instituições internacionais, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade* ”. Esta proposta foi examinada pela Procuradoria Geral da USP, que considerou que não há qualquer óbice jurídico para a aprovação das alterações propostas.

Após a análise do processo e verificando que o mesmo não fere as normas do Regimento Geral e Estatuto da universidade, recomendo a CLR a aprovação do referido Regimento.

São Paulo, 3 de novembro de 2011.

  
Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**REITORIA**

**INFORMAÇÃO Nº** \_\_\_\_\_

FLS. N.º \_\_\_\_\_

Proc. N.º \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**Processo:** 73.1.8166.1.8.1.8

**Interessado:** INSTITUTO DE FÍSICA

A CLR, em sessão realizada em 4 de novembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações dos artigos 6º e 12 do Regimento do Instituto de Física.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral

**MINUTA**

Secretaria Geral

**RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2012.**

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Física.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ 2012, baixa a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – Fica suprimido o inciso XXIX do art. 6º do Regimento do Instituto de Física, baixado pela Resolução nº 4087, de 21 de junho de 1994, alterado pela Resolução nº 5367/06.

“Artigo 6º - ...

I - ...

XXIX – suprimido”

**Artigo 2º** – O art. 12 fica acrescido dos incisos X e XI, com a seguinte redação:

“Artigo 12 - ...

I - ...

X - aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Consultorias e Convênios, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Unidades da USP ou outras Instituições no país, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade;

XI - aprovar e dar andamento, após parecer da Comissão de Relações Internacionais, às propostas para a realização de convênios ou acordos com Instituições internacionais, para fins culturais, científicos, didáticos ou de prestação de serviços à comunidade.”

**Artigo 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Proc. 73.1.8166.1.8)

Reitoria da Universidade de São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral

**6. PROTOCOLADO 2011.5.231.76.2 – INSTITUTO DE FÍSICA DE  
SÃO CARLOS**



**IFSC UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO**  
Instituto de Física de São Carlos

2011. S. 231.76 - 5

1

Av. Trabalhador São-Carlense, 400 - CEP 13566-590  
Caixa Postal 369 - CEP 13560-970  
São Carlos - SP - Brasil

ATAc154/2011

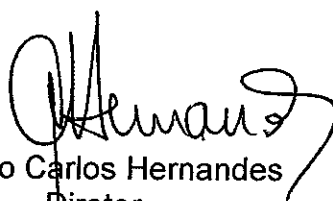
São Carlos, 21 de novembro de 2011.  
Ref.: Proc.96.1.45.76.1

Prezado Secretário Geral:

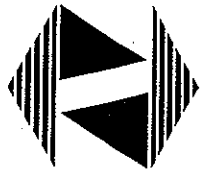
Tendo em vista a Resolução No. 5929, de 08 de julho de 2011, a qual alterou o Art.135 do Regimento Geral que trata das provas para o concurso de professor doutor, encaminhamos a Vossa Excelência para apreciação dos órgãos competentes as alterações no Regimento deste Instituto.

Informamos que as alterações solicitadas foram devidamente aprovadas por maioria absoluta dos membros da Congregação do IFSC, em sessão de 11/11/2011.

Agradecemos as providências, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
Antonio Carlos Hernandez  
Diretor

Exmo.Sr.  
Prof.Dr. **RUBENS BEÇAK**  
DD. Secretário Geral da  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**INFORMAÇÃO**

144ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFSC/USP, REALIZADA EM 11/11/2011.

**II. ORDEM DO DIA**

**2. ALTERAÇÃO DO REGIMENTO IFSC**

**2.1**

Expedientes:	a) manutenção da prova escrita (peso 2) para o concurso de professor doutor realizado em uma única fase b) inclusão de outra prova adicional, além da prova escrita, para o concurso de professor doutor realizado em duas fases
Situação IFSC:	As provas para o concurso de professor doutor constam de: I - julgamento do memorial com prova pública de arguição – peso 5 II - prova didática – peso 3 III – prova escrita – peso 2
Amparo Legal:	Resolução USP No. 5929 de 08/07/2011.
Providência:	<b><u>Deliberar por votação e maioria absoluta dos membros da Congregação.</u></b>

Após esclarecimentos pertinentes da Presidência, com ampla discussão e considerações dos conselheiros, as alterações no Regimento do IFSC foram aprovadas por unanimidade de 26 votos, ficando alterado o Art. 21, suprimido seu parágrafo único e acrescido novos parágrafos, como segue:

**Artigo 21** - O Concurso de Cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, podendo ser realizado em uma ou duas fases, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso.

§ 1º - Se o concurso se processar **em duas fases**, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas e seus respectivos pesos são:

I - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco)

II - prova didática: 3,0 (três)

III – prova escrita (eliminatória): 2,0 (dois)

§ 2º - As provas referidas nos incisos I, II e III serão realizadas conforme disposto nos artigos 136, 137 e 139 do Regimento Geral

§ 3º - Se o concurso se processar em **uma única fase**, as provas e seus respectivos pesos são:

I - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco)

II - prova didática: 3,0 (três)

III – outra prova: 2,0 (dois)

§ 4º - A escolha da outra prova será proposta pelo Conselho do Departamento dentre as modalidades abaixo, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso.



I - escrita

II - oral projeto

III - oral palestra

§ 5º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar além dos documentos mencionados nos arts. 121 e 133 do Regimento Geral, projeto de pesquisa ou resumo da palestra, referidos nos incisos II e III.

§ 5º - A prova escrita será realizada nos termos do art.139 do Regimento Geral e seu parágrafo único.

§ 6º - Caso o Departamento opte pela prova oral projeto, constará a mesma de arguição sobre o projeto de pesquisa apresentado pelo candidato e terá como objetivos avaliar:

I - o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II - a adequação do projeto à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III - a originalidade do projeto e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 7º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo para a resposta.

§ 8º - No caso de o Departamento optar pela prova oral palestra, constará a mesma de uma palestra sobre assunto de pesquisa apresentado pelo candidato, com base no programa do concurso, e terá como objetivos avaliar:

I - o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II - a adequação do tema à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III - a originalidade do tema e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 9º - A duração mínima da prova será de quarenta minutos e a máxima de sessenta.

§ 10 - Ao final da palestra, cada membro da comissão arguirá o candidato, por quinze minutos, no máximo, cabendo ao candidato igual tempo para a resposta.

São Carlos, 18 de novembro de 2011.

  
Elizabeth Cristina Conti  
Assistente Acadêmico



**INFORMAÇÃO**

144ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFSC/USP, REALIZADA EM 11/11/2011.

**II. ORDEM DO DIA**

**2. ALTERAÇÃO DO REGIMENTO IFSC**

**2.2**

Expediente: Supressão do Artigo 38 do Regimento IFSC tendo em vista a transferência do gerenciamento administrativo do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ciência e Engenharia de Materiais para a Escola de Engenharia de São Carlos.

Providência: Deliberar por votação e maioria absoluta dos membros da Congregação.

Com os esclarecimentos da Presidência o expediente foi submetido à apreciação. Realizada votação, a supressão do Artigo 38 do Regimento IFSC foi aprovada por unanimidade de 24 votos.

São Carlos, 18 de novembro de 2011.

  
Elizabeth Cristina Conti  
Assistente Acadêmico

## Regimento IFSC

### Alterações:

i) nova redação ao Art. 21, com a supressão de seu parágrafo único e acréscimo de novos parágrafos.

ii) supressão do Art.38

## CAPÍTULO V DOS CONCURSOS PÚBLICOS

### Artigo 20 - ...

**Artigo 21** - O Concurso de Cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, podendo ser realizado em uma ou duas fases, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso.

§ 1º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas e seus respectivos pesos são:

I - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco)

II - prova didática: 3,0 (três)

III – prova escrita (eliminatória): 2,0 (dois)

§ 2º - As provas referidas nos incisos I,II e II serão realizadas conforme disposto nos artigos 136, 137 e 139 do Regimento Geral

§ 3º - Se o concurso se processar em uma única fase, as provas e seus respectivos pesos são:

I - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco)

II - prova didática: 3,0 (três)

III – outra prova: 2,0 (dois)

§ 4º - A escolha da outra prova será proposta pelo Conselho do Departamento dentre as modalidades abaixo, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso.

I - escrita

II – oral projeto

III – oral palestra

§ 5º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar além dos documentos mencionados nos arts. 121 e 133 do Regimento Geral, projeto de pesquisa ou resumo da palestra, referidos nos incisos II e III.

§ 6º - A prova escrita será realizada nos termos do art.139 do Regimento Geral e seu parágrafo único.

§ 7º - Caso o Departamento opte pela prova oral projeto, constará a mesma de arguição sobre o projeto de pesquisa apresentado pelo candidato e terá como objetivos avaliar:

I - o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II - a adequação do projeto à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III - a originalidade do projeto e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 8º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo para a resposta.

§ 9º - No caso de o Departamento optar pela prova oral palestra, constará a mesma de uma palestra sobre assunto de pesquisa apresentado pelo candidato, com base no programa do concurso, e terá como objetivos avaliar:

I - o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II - a adequação do tema à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III - a originalidade do tema e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 10 - A duração mínima da prova será de quarenta minutos e a máxima de sessenta.

§ 11 - Ao final da palestra, cada membro da comissão arguirá o candidato, por quinze minutos, no máximo, cabendo ao candidato igual tempo para a resposta.

**Artigo 21 – A ...**

~~**Artigo 38 – O IFSC é o responsável pelo gerenciamento administrativo da Área Interunidades "Ciência e Engenharia de Materiais", e o fará de acordo com o Regulamento da mesma.**~~  
**(Suprimir artigo)**

**Art. 39 - ...**

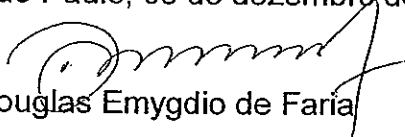
PROCESSO: 96.1.45.76.1 Protocolado 2011.5.231.76.2  
INTERESSADO: INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS (IFSC)  
ASSUNTO: Proposta de alterações do Regimento do Instituto de Física de São Carlos (IFSC)

### PARECER

O presente processo contempla a solicitação da Diretoria do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da Universidade de São Paulo (USP), considerando a Resolução 5929 de 08/07/2011, a qual alterou o Art. 135 do Regimento Geral que trata das provas para o concurso de professor doutor, de alterações no Regimento do IFSC para atender tal alteração (fls. 2-7). Tal proposta de alteração foi aprovada, por maioria absoluta, dos membros da Congregação do IFSC, em sessão de 11/11/2011.

**Parecer:** PARECER FAVORÁVEL à solicitação do IFSC.

São Paulo, 08 de dezembro de 2011

  
Douglas Emygdio de Faria


A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável às alterações do Regimento do Instituto de Física de São Carlos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

  
Prof. Dr. Francisco de Assis Leone  
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

  
Rubens Beçak  
Secretário Geral



## MINUTA

Secretaria Geral

### RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2012.

Altera dispositivos do Regimento do Instituto de Física de São Carlos.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em \_\_\_\_\_ de 2012, baixa a seguinte

#### **RESOLUÇÃO:**

**Artigo 1º** – O art. 21 do Regimento do Instituto de Física de São Carlos, baixado pela Resolução nº 4295, de 21 de outubro de 1996, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 21 – O concurso de cargo de Professor Doutor far-se-á nos termos das disposições do Regimento Geral, podendo ser realizado em uma ou duas fases, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso. (NR)

§ 1º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas e seus respectivos pesos são:

I – julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco);

II - prova didática: 3,0 (três);

III – prova escrita (eliminatória): 2,0 (dois).

§ 2º - As provas referidas nos incisos I, II e III serão realizadas conforme disposto nos artigos 136, 137 e 139 do Regimento Geral.

§ 3º - Se o concurso se processar em uma única fase, as provas e seus respectivos pesos são:

I - julgamento do memorial com prova pública de arguição: 5,0 (cinco);

II - prova didática: 3,0 (três);

III – outra prova: 2,0 (dois).

§ 4º - A escolha da outra prova será proposta pelo Conselho do Departamento dentre as modalidades abaixo, devendo essa decisão constar do edital de abertura do concurso.

I – escrita;

II – oral projeto;

III – oral palestra.

§ 5º - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar além dos documentos mencionados nos arts. 121 e 133 do Regimento Geral projeto de pesquisa ou resumo da palestra, referidos nos incisos II e III.



Secretaria Geral

§ 6º - A prova escrita será realizada nos termos do art. 139 do Regimento Geral e seu parágrafo único.

§ 7º - Caso o Departamento opte pela prova oral projeto, constará a mesma de arguição sobre o projeto de pesquisa apresentado pelo candidato e terá como objetivos avaliar:

I – o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II – a adequação do projeto à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III – a originalidade do projeto e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 8º - Cada examinador disporá de até quinze minutos para arguir o candidato, assegurado a este igual tempo para a resposta.

§ 9º - No caso de o Departamento optar pela prova oral palestra, constará a mesma de uma palestra sobre assunto de pesquisa apresentado pelo candidato, com base no programa do concurso, e terá como objetivos avaliar:

I - o conhecimento científico e experiência prévia sobre o tema proposto pelo candidato;

II - a adequação do tema à área de conhecimento/especialidade do Departamento, citadas no edital do concurso;

III - a originalidade do tema e sua viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade.

§ 10 – A duração mínima da prova será de quarenta minutos e a máxima de sessenta.

§ 11 – Ao final da palestra, cada membro da comissão arguirá o candidato, por quinze minutos, no máximo, cabendo ao candidato igual tempo para a resposta."

**Artigo 2º** – Fica suprimido o art. 38.

**Artigo 3º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. (Prot. 11.5.231.76.2)

Reitoria da Universidade de São Paulo,                      de                      de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS  
Reitor

RUBENS BEÇAK  
Secretário Geral